

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Jussara Maite Moraes Esmerio

**A PRODUÇÃO DE MODOS DE SER DO TRADUTOR E INTÉRPRETE  
DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS**

Santa Maria, RS  
2019



**Jussara Maite Moraes Esmerio**

**A PRODUÇÃO DE MODOS DE SER DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA  
BRASILEIRA DE SINAIS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra em Educação**.

Orientadora: Eliana da Costa Pereira de Menezes

Santa Maria, RS  
2019

Esmerio, Jussara Maite Moraes

A produção de modos de ser do tradutor e intérprete de  
Língua Brasileira de Sinais / Jussara Maite Moraes  
Esmerio.- 2019.

104 p.; 30 cm

Orientadora: Eliana da Costa Pereira de Menezes  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em  
Educação, RS, 2019

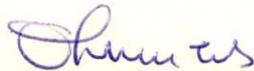
1. Tradutor e Intérprete de Libras 2. Políticas  
inclusivas 3. Profissionalização 4. Interação 5.  
Comunidade surda I. da Costa Pereira de Menezes, Eliana  
II. Título.

Jussara Maite Moraes Esmerio

**A PRODUÇÃO DE MODOS DE SER DO TRADUTOR E  
INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS**

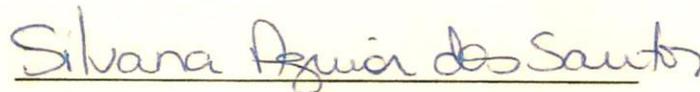
Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Educação**.

**Aprovado em 16 de agosto de 2019:**



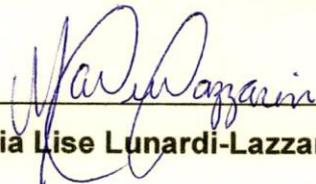
---

**Eliana da Costa Pereira de Menezes, Dr.<sup>a</sup> (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)



---

**Silvana Aguiar dos Santos, Dr.<sup>a</sup> (UFSC)**



---

**Márcia Lise Lunardi-Lazzarin, Dr.<sup>a</sup> (UFSM)**



---

**Liane Camatti, Dr.<sup>a</sup> (UFSM)**

Santa Maria/RS

2019



## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho à Comunidade Surda que me é tão cara e aos Tradutores e Intérpretes de Libras.*



## AGRADECIMENTOS

É hora de agradecer àqueles que estiveram comigo durante o processo do mestrado. Aos momentos de respiro...

Primeiramente, agradeço a minha mãe, grande incentivadora dos meus estudos. Aquela que me escolheu como filha e que me amou até o fim.

Agradeço a minha família por compreender meus momentos de distanciamento, especialmente à Cida, minha irmã/mãe, pelo apoio, presença e respeito comigo.

Ao meu amor, ao Panta, que esteve sempre me incentivando a seguir em frente. Te amo!

À minha comadre, Juliana, minha amiga que sempre teve certeza do meu potencial. Obrigada pelo incentivo, Ju!

À Ravele, sempre disposta a discutir a pesquisa com olhar curioso. Foi uma grande incentivadora durante meu processo de mestrado.

Ao Luiz, intérprete e amigo querido, a quem admiro e com quem dividi algumas das minhas inquietações durante o processo de pesquisa.

À professora Sílvia Pavão, representando a Coordenadoria de Ações Educacionais. Agradeço a compreensão e a empatia durante meu processo de mestrado.

Aos meus amigos, meus melhores, obrigada por fazerem parte da minha vida.

À banca examinadora, composta pelas professoras Márcia e Silvana, obrigada pela leitura atenta e refinada da minha dissertação. Sou grande admiradora do trabalho que exercem.

Às colegas de grupo de pesquisa, agradeço pelas trocas e discussões teóricas que tanto me instigaram a seguir estudando.

Por fim, agradeço a minha orientadora, professora Eliana. Obrigada por me acompanhar ao longo do processo, sempre apoiando e me incentivando a seguir em frente. Admiração e carinho pela professora, pesquisadora e pelo ser humano que tu és. Ninguém solta a mão de ninguém!



A liberdade e a felicidade não estão num lugar, mas estão na possibilidade de permanentemente pensar, criticar e tentar mudar - dia a dia, hora a hora - o que é dito sobre o mundo e o que é feito no mundo (VEIGA-NETO, 1996, p. 170).



## RESUMO

### A PRODUÇÃO DE MODOS DE SER DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

AUTORA: Jussara Maite Moraes Esmerio  
ORIENTADORA: Eliana da Costa Pereira de Menezes

A presente pesquisa desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Diferença, Educação e Cultura (DEC/UFSC/CNPq), tem como objetivo investigar a produção de modos de ser do tradutor e intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais) com a emergência de políticas inclusivas no país. Apoiada teórico-metodologicamente nas teorias pós-estruturalistas, mais especificamente nos estudos de Michel Foucault, a investigação propõe como materialidade entrevistas semiestruturadas com dois grupos de sujeitos que atuam/atuaram como intérpretes de Libras: o primeiro constituído por cinco egressos do Curso de Letras/Libras – bacharelado ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e o segundo constituído por cinco sujeitos que atuavam como intérpretes antes da emergência de políticas inclusivas e a consequente profissionalização da atuação do intérprete no País. Nas análises empreendidas nessa materialidade foi possível visualizar, a partir da emergência de políticas inclusivas, mais especificamente com a promulgação do Decreto n.º 5626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta o reconhecimento da Libras, que as discussões acerca da formação do tradutor e intérprete se intensificaram, principalmente na área educacional, em todo Brasil. Como efeito, visualizou-se o reconhecimento da Libras; os modos de se envolver com a comunidade surda; e a profissionalização do tradutor e intérprete no País foram determinantes na produção de formas de ser do profissional. As possibilidades de formação do intérprete, que inicialmente eram determinadas pelo convívio com a comunidade surda, via ações assistenciais (em deslocamento para ações militantes e ativistas), expandem-se e passam a possibilitar que mesmo aqueles que não possuem relações diretas com a comunidade possam atuar na área. Visualiza-se ainda que entre aqueles intérpretes que se constituem a partir da interação com os sujeitos surdos há aqueles que passam a se envolver com os contextos profissionais e a se relacionar de forma estritamente profissional com a comunidade; e aqueles que mantêm os vínculos com a comunidade surda, atuando ativamente e compreendendo que essa relação é também importante no seu trabalho.

**Palavras-chave:** Tradutor e Intérprete de Libras. Políticas inclusivas. Profissionalização. Interação. Comunidade surda.



## ABSTRACT

### THE PRODUCTION OF WAYS OF BEING OF THE BRAZILIAN SIGN LANGUAGE TRANSLATOR AND INTERPRETER

AUTHOR: Jussara Maite Moraes Esmerio  
ADVISOR: Eliana da Costa Pereira de Menezes

The present research developed in the scope of the Difference, Education and Culture Research Group (DEC/UFSC/CNPq), aims to investigate the production of ways of being a translator and interpreter of Libras (Brazilian sign language) with the emergence of inclusive policies in the country. Supported theoretically and methodologically in poststructural theorizations, more specifically in Michel Foucault's studies, the research proposes as materiality semi-structured interviews with two groups of subjects who work/worked as Libras interpreters: the first constituted by five graduates of the Course of Letters/Libras - Bachelor degree offered by the Federal University of Santa Catarina (UFSC); and the second consisted of five subjects who worked as interpreters before the emergence of inclusive policies and the consequent professionalization of interpreter performance in the country. In the analyzes undertaken in this materiality, it was possible to visualize, from the emergence of inclusive policies, more specifically with the promulgation of Decree no. 5626 of December 22, 2005, which regulates the recognition of Libras, that the discussions about the formation of the translator and interpreter intensified, especially in the educational area, throughout Brazil. As effect it was visualized the recognition of Libras; the ways of engaging with the deaf community; the professionalization of the translator and interpreter in the country were decisive in the production of the ways of being of the professional. The possibilities of the interpreter formation, which were initially determined by living with the deaf community through assistance actions (moving towards militant actions and activists), expand and allow even those who do not have direct relations with the community to act in the area. It is also seen that among those interpreters who are constituted from the interaction with deaf subjects there are those who become involved with the professional contexts and relate strictly professionally with the community; and those who maintain ties with the deaf community, actively working and understanding that this relationship is also important in their job.

**Keywords:** Libras Translator and Interpreter. Inclusive policies. Professionalization. Interaction. Deaf community.



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sistematização das produções selecionadas na busca aos Portais BDTD, Capes, Banco de teses e dissertações da UFSC, UFRGS e UFSM .....	48
Quadro 2 - Descrição da materialidade definitiva .....	51



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGILS	Associação Gaúcha de Intérpretes de Língua de Sinais
ASSM	Associação de Surdos de Santa Maria
BDTD	Banco Digital de Teses e Dissertações
CACEE	Centro de Atendimento Complementar em Educação Especial
CAED	Coordenadoria de Ações Educacionais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Centro de Educação
CODA	Children Of Deaf Adults
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ILS	Intérpretes de Língua de Sinais
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
Libras	Língua Brasileira de Sinais
NEPES	Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial
NUPPES	Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais para Surdos
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PPGEDU	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROLIBRAS	Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa
RID	Registry of Interpreters for the Deaf
TILS	Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNB	Universidade de Brasília



## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	21
<b>1</b>	<b>A CONSTRUÇÃO DA PROBLEMATIZAÇÃO E OS MOVIMENTOS QUE CONSTITUÍRAM A PESQUISA</b> .....	25
<b>2</b>	<b>ASPECTOS METODOLÓGICOS: A ELEIÇÃO DE ROTAS TRAÇADAS E OS DESLOCAMENTOS PROVOCADOS PELA MATERIALIDADE</b> .....	39
2.1	PRODUÇÕES ACADÊMICAS LOCALIZADAS.....	40
2.2	A ELEIÇÃO DA MATERIALIDADE ANALÍTICA.....	50
<b>3</b>	<b>A PRODUÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE SURDA: ANÁLISES SOBRE O CARÁTER ASSISTENCIALISTA QUE PRODUZEM FORMAS DE ATUAÇÃO</b> .....	56
<b>4</b>	<b>DESLOCAMENTOS ENTRE ASSISTENCIALISMO, ATIVISMO, MILITÂNCIA E PROFISSIONALIZAÇÃO</b> .....	72
4.1	O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO .....	82
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	93
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	95
	<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO</b> ....	101
	<b>APÊNDICE B – ESTRUTURA DA ENTREVISTA COM OS SUJEITOS FORMADOS PELO CURSO DE LETRAS/LIBRAS</b> .....	103
	<b>APÊNDICE C – ESTRUTURA DA ENTREVISTA COM OS SUJEITOS QUE ATUAVAM COMO TRADUTOR E INTÉRPRETE ANTES DA EMERGÊNCIA DE POLÍTICAS INCLUSIVAS NO BRASIL</b> .....	104



## APRESENTAÇÃO

Quais seriam os desejos que nos fazem querer estar junto com outros, nos mobilizam a procura do encontro, da convivência? (MENEZES, 2008, p. 03).

A minha imersão junto à comunidade surda e os encontros com os sujeitos surdos me mobilizaram a conhecer esse grupo que considera a língua de sinais como meio de experienciar o mundo. Nesse sentido, inspirada em Menezes (2008), indico que a convivência e os desejos que me mobilizam para estar com esse outro e as relações que construímos ao longo da vida produziram em mim a vontade de saber que movimenta essa dissertação.

Tal vontade de saber surge mais especificamente quando passo a atuar como intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) no Ensino Superior. Foi nesse momento que senti a necessidade de qualificar minha atuação e nesse sentido me mobilizei em busca de uma formação a qual entendia ser idealizada pelos profissionais intérpretes de Libras. O Curso de Letras/Libras – bacharelado ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), era compreendido por mim como o mais adequado.

Graduada nesse Curso passo a atuar como tradutora e intérprete de Libras no Ensino Superior e, nesse contexto, na interação com meus colegas, que não possuíam a mesma formação, passei a acreditar que essa formação seria aquela que mais completa e verdadeiramente formava o profissional para as demandas existentes no ensino superior.

O Letras/Libras – bacharelado é uma graduação genérica que traz em sua estrutura curricular disciplinas que fundamentam a atuação quanto a vestimenta adequada, técnicas de interpretação, posição em sala de aula, questões éticas relacionadas a profissão, enfim, um conjunto de saberes que validam formas de ser tradutor e intérprete de Libras. Essa formação tem caráter generalista, considerando que o profissional irá atuar na área educacional<sup>1</sup> (em que a demanda de alunos surdos no Ensino Superior é constante). Esse Curso, mesmo sendo uma graduação com quatro anos de duração, não garante a apropriação de conceitos específicos ou os jargões utilizados em determinado contexto, por exemplo.

---

<sup>1</sup> O Decreto 5626/2005 dá garantia ao direito linguístico e educacional das pessoas surdas, além disso promove a formação de professores e tradutores e intérpretes de Libras (BRASIL, 2005).

A oferta do Letras/Libras – bacharelado despertou em mim alguns questionamentos, tais como: por que os sujeitos (que em sua maioria já eram intérpretes) buscavam essa formação em nível superior, muitas vezes, deslocando-se de suas cidades<sup>2</sup>, empreendendo esforços durante quatro anos para obtenção do diploma de bacharel?

Parecia haver certa naturalidade na compreensão de que tal formação consolidaria a atuação de quem já exercia a função (principalmente em instituições federais). A partir dessa constatação é que a problematização inicial desta pesquisa foi estruturada, a qual visava olhar para a formação como forma de captura para produção de um modo de ser mais verdadeiro desse profissional. Assim, a intenção inicial do presente estudo era de investigar os modos de ser do tradutor e intérprete de Libras a partir da formação em Letras/Libras – bacharelado. Para tanto, num primeiro momento, havia selecionado como material de análise o Projeto Político Pedagógico (PPP) da UFSC, o Edital da primeira oferta do Curso pela UFSC e entrevistas com sujeitos que obtiveram a formação mencionada.

Ao empreender os primeiros exercícios analíticos, após as primeiras entrevistas, visualizei anúncios que indicaram a necessidade de alteração no processo metodológico da pesquisa. Tais anúncios foram visualizados durante as primeiras entrevistas realizadas com as tradutoras e intérpretes formadas em Letras/Libras – bacharelado. A partir dos relatos, percebi que os efeitos na constituição do profissional se deram muito antes de uma formação em nível superior.

Partindo dessa alteração, foi necessário reorganizar os materiais e realizar novas entrevistas com sujeitos que atuavam como intérpretes antes do reconhecimento da Libras, compreendendo esse reconhecimento como um dos efeitos de políticas inclusivas voltadas para surdos e intérpretes, produzindo diferentes modos de ser desses profissionais. Compreendi que o recuo histórico poderia potencializar outras questões sobre a constituição dos profissionais. A formação em Letras/Libras deixa de ser centralidade do trabalho na medida em que percebo a necessidade de resgatar as formas de atuação desenvolvidas no País anteriores às políticas inclusivas, daí a intenção de analisar as narrativas de profissionais mais antigos que atuavam junto à comunidade surda em período anterior ao ano de 2002<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> No capítulo 1 intitulado “A constituição da problematização e os movimentos que constituíram a pesquisa” trarei maior detalhamento sobre a organização do Curso de Letras/Libras.

<sup>3</sup> No ano de 2002 a Libras foi reconhecida legalmente.

Ao empreender a análise sobre o material produzido por essas novas narrativas passei a compreender que os diferentes modos de ser dos tradutores e intérpretes de Libras se modificam a partir das práticas e da forma como cada profissional se constitui e é constituído pelos discursos nos muitos espaços de pertencimento – incluindo as comunidades surdas. Com isso, a proposição de um novo objetivo visa investigar a produção de modos de ser do tradutor e intérprete de Libras com a emergência de políticas inclusivas no País. A problematização redefine-se para que seja possível saber *como o as políticas inclusivas produzem efeitos nos modos de ser tradutor e intérprete?*

Organizei a escrita desta dissertação a partir de cinco capítulos. No primeiro intitulado “A Construção da problematização e os movimentos que constituíram a pesquisa” apresento os caminhos que compuseram o presente estudo, minha aproximação com a área da surdez e a compreensão de que os modos de vida surdos se dão pelo viés cultural. Além disso, destaco minha formação em Educação Especial e o processo de profissionalização como tradutora e intérprete de Libras, os quais foram determinantes na produção das inquietações que me trouxeram a condição de mestranda em educação.

No segundo capítulo, nomeado “Aspectos Metodológicos: A eleição de rotas já traçadas e os deslocamentos provocados pela materialidade” apresento os movimentos da pesquisa e as reorganizações que se fizeram necessárias a partir das primeiras análises. Na subseção 2.1 “Produções acadêmicas localizadas”, procurei fazer um levantamento das pesquisas existentes na área da Educação sobre a constituição dos modos de ser tradutor e intérprete de Libras. Na subseção 2.2 nomeada como “Eleição da materialidade analítica” reestruturei, a partir de anúncios visualizados nas narrativas iniciais, a materialidade elencada e as ferramentas conceituais operadas na condução das análises.

No terceiro capítulo, intitulado “A produção do intérprete de Libras na relação com a comunidade surda: análises sobre o caráter assistencialista que produzem formas de atuação” procuro desenvolver uma discussão centrada na emergência do processo de profissionalização do intérprete de Libras, problematizando acontecimentos anteriores às políticas de inclusão, que produziram o intérprete que atuava a partir das demandas da comunidade e relacionava-se com os sujeitos surdos de forma assistencial, ora militante e ora ativista.

Nessa análise de momentos históricos foi possível perceber que com a emergência de políticas inclusivas houve um deslocamento nas práticas produtoras do tradutor e intérprete no reconhecimento da Libras e sua consequente profissionalização. Assim, no quarto capítulo nomeado “Deslocamentos entre assistencialismo, ativismo, militância e profissionalização”, analiso as narrativas dos profissionais graduados em Letras/Libras – bacharelado, com a intenção de compreender o deslocamento acima anunciado.

No capítulo cinco, intitulado “Considerações Finais”, retomo elementos centrais na discussão construída, indicando aquilo que entendo ser determinante no processo de produção de modos de ser do tradutor e intérprete de Libras no País.

## 1 A CONSTRUÇÃO DA PROBLEMATIZAÇÃO E OS MOVIMENTOS QUE CONSTITUÍRAM A PESQUISA

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (LARROSA, 2002, p. 24).

Os caminhos percorridos até a conclusão de uma dissertação não se limitam apenas aos dois anos de estudos previstos para o curso. Assim, ao iniciar a apresentação da problematização que deu origem ao estudo, creio ser necessário delinear os caminhos que percorri até o ingresso no mestrado, entender minha aproximação com a temática da pesquisa olhando para a produção de modos de ser tradutor e intérprete de Libras<sup>4</sup> a partir da formação em Letras/Libras.

Nesse processo, inicio a delinear a pesquisa contextualizando minha aproximação com a área da surdez. Aos 6 anos de idade passei a ter vizinhos que tinham filhos surdos. Sempre que os via conversando, pensava nessa forma de comunicação e na curiosidade em vê-los. Com o tempo, o contato se intensificou com a vizinha e os amigos surdos que frequentavam a casa dela. Minha comunicação era precária, baseada na utilização de mímicas. As relações com a surdez se estreitaram e aos 16 anos comecei a me relacionar com um surdo, amigo dos meus vizinhos.

---

<sup>4</sup> No decorrer desse estudo, utilizarei os termos intérprete de Libras e outras vezes tradutor e intérprete de Libras. Os tradutores e intérpretes desempenham funções diferenciadas, mas que se complementam. Aquele que domina as competências que atravessam o ato tradutório e interpretativo nos espaços acadêmicos é nomeado como tradutor e intérprete de Libras. O profissional que atua como tradutor, envolve-se com a escrita, seja de documentos, livros, legendagem e tudo que envolva a escrita. As pessoas surdas podem atuar como tradutores quando leem textos em português e os traduzem para Libras. O profissional que atua como intérprete, trabalha com o uso da língua, seja oral ou de sinais. Os surdos podem também ser intérpretes quando veem a língua sinalizada de um país específico e interpretam para a língua de sinais de outro país. A memória de curto-prazo e imensa concentração denotam o trabalho do intérprete no modo simultâneo, aquele que recebe a informação e realiza a interpretação ao mesmo tempo em outra língua. O tradutor tem mais tempo para estudar o texto, assistir o vídeo em Libras, também pode pesquisar termos ou sinais que não conhece e após realiza a tradução. A ênfase da pesquisa está direcionada a atuação do intérprete, principalmente. Esse profissional surge no início dos anos 80 em contextos religiosos, atuando informalmente até a emergência de políticas inclusivas no País.

Havia um olhar curioso sobre esses sujeitos, mas até esse momento não compreendia a existência de uma língua de sinais, cultura e comunidade surda<sup>5</sup>.

Ao completar 18 anos prestei vestibular. Buscava uma formação que despertasse meu interesse. Pesquisei os cursos que a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) ofertava e a graduação em Educação Especial – Habilitação Deficientes da Audiocomunicação foi escolhida para que eu tentasse entender as questões que atravessavam a surdez.

Minha aproximação com as pessoas surdas partiu de um encantamento por esses sujeitos, seja pela forma de comunicação ou pelo modo diferente de compreender o mundo. Assim, ingressei no curso de Educação Especial na UFSM em 2002, através do vestibular. O currículo do curso se estruturava nessa época a partir do viés clínico da surdez e a pessoa com deficiência era vista como o sujeito “da falta”. Nessa concepção, a criança ouvinte representa a norma<sup>6</sup>, ou seja, o modelo de referência a partir do qual se produz a criança surda, que passa a ser aquela que ocupa uma condição de anormalidade.

Ainda que a estrutura curricular estivesse pautada discursivamente nesse sujeito “da falta”, as questões relacionadas ao campo da Educação Especial já sinalizavam a relação da Educação de Surdos com a língua de sinais, cultura e identidade.

A área da surdez despertou-me diferentes compreensões ao longo do processo formativo. Durante a graduação descobri a existência de uma comunidade surda que milita em defesa do direito e reconhecimento da diferença linguística dos surdos. Com isso, a convivência com os surdos se intensificou até que pude compreender que não havia o sujeito a ser corrigido, mas sim o sujeito com uma diferença linguística.

Coordenado pelo professor e pesquisador Carlos Skliar, o Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais para Surdos (NUPPES), fundado em 1996 e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), se dedicava à discussão e divulgação da cultura surda

---

<sup>5</sup> A comunidade surda é compreendida nessa pesquisa como um modo de vida, um modo de ser surdo. Um grupo de sujeitos surdos e ouvintes que partilham da cultura surda.

<sup>6</sup> A partir da norma, institui-se simultaneamente o desvio, a anormalidade. Michel Foucault operou com esse conceito de anormal em sua obra “Os Anormais”. No ano em que profere o curso Os Anormais, Foucault publica seu livro mais conhecido no Brasil, Vigiar e Punir (1975). No curso Em Defesa da Sociedade (1976), o autor identifica os mecanismos pelos quais, desde o fim do século XIX, é desenvolvido o princípio da necessidade de “defesa social” contra aqueles indivíduos ou classes, considerados “perigosos”.

e a problematização da educação dos surdos. Para Skliar (1999), a surdez pode ser compreendida pela concepção clínico terapêutica em que o sujeito precisa de correção ou pode ser vista como diferença política, experiência visual. O autor propõe pensar a surdez através da concepção sócio antropológico, um modelo que traz a língua de sinais como modelo de comunicação e instrução para os surdos.

Essa concepção foi se fortalecendo e hoje compreendo a surdez a partir dessa abordagem, ou seja, entendo que as pessoas surdas se reconhecem culturalmente num conjunto de características que definem um grupo e que incidem na construção do sujeito a partir de uma diferença linguística, principalmente. Os surdos, citados nessa pesquisa, utilizam a Libras para se comunicar e os ouvintes, a língua portuguesa oral.

Nesse contexto, o direito linguístico está previsto na Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002), no Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005), Decreto nº 6949/2009, Convenção das Pessoas com Deficiências (BRASIL, 2009) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015). Embora esses direitos estejam evidenciados legalmente, também são sustentados e vinculados diretamente aos direitos humanos. A Declaração Universal de Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948) valida direitos fundamentais, tais como questões linguísticas. O acesso a língua de sinais, por exemplo, reforça a concepção de direito fundamental. “A defesa e a proteção da língua de sinais, mais que significar uma auto-suficiência e o direito de pertença a um mundo particular, parecem significar a proteção dos traços de humanidade, daquilo que faz um homem ser considerado homem: a linguagem” (SANTANA; BERGAMO, 2005, p. 566).

A surdez passa a ser compreendida como um fenômeno social. A falta de audição aproxima seus pares à cultura – entendida como modo de vida. Determinados grupos que se assemelham em relação aos costumes e comportamentos acabam por construir e propagar normas que organizam toda a nossa vida social, modos de falar, de vestir-se, de atuar no mundo, de pensar, etc. Os surdos, pela visão da medicina, são considerados deficientes, mas pelo viés antropológico, os sujeitos surdos fazem parte de uma comunidade. A língua de sinais ao ser reconhecida pela Lei nº 10.436/2002 acaba por oferecer uma possibilidade de legitimação do surdo como “sujeito de linguagem” (BRASIL, 2002).

Como egressa do Curso de Educação Especial, num primeiro momento, o contato com disciplinas tais como: Distúrbios Neurológicos, Otorrinolaringologia,

Distúrbios da Comunicação e Elementos da Audiologia, provocaram em mim a compreensão de que havia um discurso produzido sobre a surdez como algo a ser corrigida. Tal compreensão passou a ser desconstruída especialmente em função da apresentação da Libras como estratégia de comunicação, mesmo que ela ainda não fizesse parte do currículo do Curso. A partir de então, o Curso de Educação Especial passou a se configurar de outra forma para quem buscava a formação. Na medida em que nos aproximávamos da comunidade surda de Santa Maria e interagíamos com os sujeitos surdos, percebíamos que havia uma diferença linguística que produzia uma forma de compreensão desses sujeitos não mais como sujeitos de correção.

Nesse sentido, pelo viés educacional, não cabe mais aos sujeitos surdos serem narrados como deficientes. Os modos de ser surdo são produzidos pelos próprios surdos, pois segundo a autora Gomes (2015, p. 21) “[...] são eles – os surdos – que vivenciam esse processo cultural, narrando-os em diferentes contextos”. Esse processo cultural dá sentido à cultura surda.

Apesar da Educação Especial não formar o profissional tradutor e intérprete de Libras, foi através do curso de graduação que a oportunidade de ser intérprete surgiu. Meus colegas que obtiveram a graduação comigo seguiram em outras regiões do Brasil atuando como tradutores e intérpretes de Libras, assim como eu. Era um momento em que os surdos estavam adquirindo direitos em relação a língua de sinais, mesmo que a disciplina de Libras não fizesse parte do currículo ainda, era um momento de visibilidade para a comunidade surda. Outra questão importante a ser mencionada é que, durante muito tempo, as pessoas surdas de Santa Maria e região eram atendidas pelos estagiários e professores de Educação Especial no Centro de Educação (CE) da UFSM. Sendo assim, os profissionais dessa área tinham a preocupação em se comunicar com seus alunos surdos. Para além do conteúdo, era preciso se apropriar da Libras como língua de instrução. Devido à escassez do intérprete, os professores passaram a desempenhar esse papel, atuando durante muito tempo (alguns, até hoje) devido à formação em Educação Especial com habilitação em surdez.

Em 1983, o Centro de Atendimento Complementar em Educação Especial (CACEE) passa a oferecer aulas práticas e estágios em Educação Especial para professores, baseada na visão clínico terapêutica da surdez. Essa visão ainda prevalece na área médica e visa a cura ou a reabilitação do sujeito surdo. A partir de práticas corretivas e estimulação da linguagem oral, acredita-se que surdo tem mais

condições de se desenvolver no processo de aprendizagem. A concepção sócio antropológica se dá nessa relação, mas concebe a língua de sinais como primordial para o desenvolvimento psicossocial do sujeito surdo.

Após o ano de 1993, o Departamento de Educação Especial implanta o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial (NEPES) com uma nova metodologia de trabalho baseada no modelo pedagógico. Iniciaram as discussões sobre educação bilíngue para as pessoas surdas e, com isso, houve um movimento para que a língua de sinais fosse utilizada pelos futuros professores de surdos. A Libras passa a ser considerada na educação de surdos.

Ao ingressar no curso de graduação em 2002 rapidamente procurei aprender Libras e conhecer a comunidade surda, entender o funcionamento desse grupo de pessoas. A Libras não era disciplina obrigatória da matriz curricular, e por isso busquei cursos para desenvolver o aprendizado da língua desde o ingresso na graduação. Naquele momento, eu estava atravessada por discussões teóricas em que meu olhar era tomado por grande entusiasmo e por um desejo de pertencimento à comunidade surda.

Recordo que logo após os primeiros contatos com os veteranos do curso, marcamos com a professora de Libras para iniciarmos as aulas de imediato. Os estágios do curso seriam desenvolvidos na Escola Estadual Dr. Reinaldo Fernando Cóser (inaugurada em 2001), primeira escola bilíngue da região centro do Estado do Rio Grande do Sul em que a Libras é a primeira língua e a língua portuguesa escrita é segunda língua. Nesse contexto, nos questionávamos muito sobre como iniciar o estágio do Curso e nos comunicarmos com os surdos sem utilizar Libras.

Muitos colegas que se graduaram em Educação Especial, habilitados para atuar na educação de surdos, optaram por não seguir a carreira de professores, mas pela área de tradução e interpretação de Libras. Era início dos anos 2000, as possibilidades de adquirir a língua sem contato com os surdos eram mínimas, o convívio se apresentava como necessidade e se intensificava cada vez mais. O envolvimento se intensificou de tal forma que, durante muito tempo, a formação em Educação Especial foi considerada a habilitação para atuar como intérprete de

Libras<sup>7</sup>, quando ainda não existia a exigência do Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa (PROLIBRAS)<sup>8</sup> ou outra formação voltada para a atuação.

Em 2002 a Libras foi reconhecida no Brasil (Lei nº 10.436) e, a partir desse novo status, a oferta da disciplina de Libras nos currículos de licenciatura e fonoaudiologia oficializou-se a partir de 2006<sup>9</sup>, após o Decreto n. 5626 de 22 dezembro de 2005 entrar em vigor. Em decorrência desse Decreto (BRASIL, 2005), a comunidade surda toma lugar em diversas instituições, sendo acadêmicas, escolares ou de outra ordem, e vem reestruturando sua história através de reivindicações a respeito da língua, escola e a cultura específica dos sujeitos surdos que caracterizam modos de ser, pensar, agir.

O reconhecimento da Libras como meio de comunicação das comunidades surdas brasileiras trouxe maior reconhecimento para os intérpretes de Libras também. A Lei de nº 10.436/2002 reconheceu o direito dos surdos de utilizar a Libras, mas o art. 2º da Lei deixa claro que a língua de sinais, apesar de obter estrutura gramatical própria, não substitui a língua portuguesa escrita (BRASIL, 2002). Há todo um cuidado em considerar a Libras como meio de comunicação da comunidade surda e desconsiderar seu status linguístico, ou seja, é uma língua, mas não deve substituir a língua oral. Parece-me que todos devem se adequar a escrita da língua oral, independentemente de seus processos educacionais, para atender à um status linguístico em que a Libras não se encaixa, sendo considerada uma língua inferiorizada em relação à língua portuguesa (línguas orais).

O Decreto de nº 5626/2005 regulamenta a Lei de Libras, garantindo direito linguístico para que os sujeitos surdos possam acessar diferentes espaços sociais, com foco nas demandas que passam a existir nas escolas e universidades (BRASIL, 2005). Nesse contexto as discussões acerca da formação do tradutor e intérprete se intensificaram principalmente na área educacional em todo Brasil.

---

<sup>7</sup> No Capítulo 4 nomeado: “Deslocamentos entre assistencialismo, ativismo, militância e profissionalização” desenvolvo uma discussão, baseada nas análises das entrevistas, sobre a Educação Especial ser a formação que validava a atuação dos intérpretes.

<sup>8</sup> Previsto no Decreto n. 5626/2005, deveria ser aplicado, ao menos, uma vez por ano durante os próximos dez anos a partir da vigência do Decreto. O objetivo principal desse exame era a comprovação (em nível médio e nível superior) do ensino e didática em Libras para professores e da fluência e proficiência em Libras para os tradutores e intérpretes (BRASIL, 2005).

<sup>9</sup> Foi a partir do ano de 2006, pois nesse ano não eram todos os cursos de licenciatura e fonoaudiologia que dispunham da disciplina de Libras. O artigo 9º do Decreto 5626/2005 descreve os prazos estabelecidos para a oferta da disciplina (BRASIL, 2005).

Diante das ações efetivadas pelo Estado, o profissional intérprete conquista notoriedade no cenário nacional. Imerso em práticas educacionais inclusivas, o tradutor e intérprete de Libras passa a ser produzido principalmente para mediar as relações de aprendizagem e resolver a falta de comunicação entre professores ouvintes e alunos surdos.

[...] o significado dos ILS<sup>10</sup> adquire outra conotação, a de mediador linguístico e cultural, entre duas culturas (de surdos e de ouvintes), das quais ambas se pronunciam em línguas diferentes. Assim, os significados que nomeiam os ILS não se constroem sozinhos, mas são construídos a partir das estreitas relações que desencadeiam as questões culturais, históricas, políticas, linguísticas, constituindo “as teias” que formam as representações, que por sua vez constituem as identidades (SANTOS, 2006, p. 51).

Nesse contexto, em 2005 iniciei alguns trabalhos como intérprete de Libras, quando não havia sido instituída a formação para atuação. Conclui em 2006 a graduação em Educação Especial e no mesmo ano realizei o PROLIBRAS, mas ainda almejava a formação em nível superior na área de tradução e interpretação.

O Decreto 5.626/2005 previu dez anos a partir da data de sua publicação para que o profissional intérprete de Libras pudesse adquirir a formação exigida. A formação de nível superior é citada em poucas linhas, efetivando-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa. De acordo com o Decreto, artigo 19, inciso I, a formação para atuar exige:

[...] profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior (BRASIL, 2005).

Tal Decreto estipula que o tradutor e intérprete deveria possuir a aprovação no PROLIBRAS para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior. Com base no Decreto, o intérprete deveria atuar desde a educação infantil até a educação superior, incluindo os processos seletivos das instituições e garantir acesso à informação e comunicação da pessoa surda e o direito a educação bilíngue. A Lei nº 10.436/2002 já havia sido regulamentada através do Decreto nº 5.626/2005, portanto a presença do tradutor e intérprete de Libras passa a ser exigência na área da educação, principalmente.

---

<sup>10</sup> Intérpretes de Língua de Sinais (ILS).

Respaldada pelo Decreto 5626/2005 que especifica o PROLIBRAS e um curso superior em tradução e interpretação em Libras como as metas principais, no ano de 2006, a UFSC ofertou a primeira graduação (à distância) voltada para a formação de professores surdos: graduação em Letras/Libras Licenciatura. O fato é que as pessoas ouvintes também prestaram vestibular para formação de professores surdos pois, além de não haver ainda a oferta do bacharelado, muitos ouvintes que eram fluentes em Libras, já atuavam como professores de surdos. A oferta da licenciatura pensada para as pessoas surdas foi um marco importante. De acordo com Sarturi (2013, p. 15):

Um currículo que se ocupa em tomar as questões da Língua de Sinais Brasileira como foco principal é representado pela comunidade surda como um aspecto fundamental para o campo da educação de surdos. Essa representação incentiva o futuro professor surdo a buscar um conhecimento cultural e linguístico na área de Libras.

Em meio a esse cenário concluí a graduação em educação especial e fui morar em Palhoça – SC a partir do ano de 2006, onde trabalhei como intérprete de Libras numa escola estadual, em duas turmas: uma turma de primeiro ano e outra de segundo ano, ambas de ensino médio. Nesse mesmo ano iniciei um curso de formação de Intérpretes pois desejava buscar mais conhecimentos na área. O Decreto havia sido recentemente aprovado e a formação existente até então não se dava em nível superior. Os cursos de graduação em Letras/Libras para área de tradução e interpretação aconteceram apenas três anos após a oficialização do decreto.

Assim, sentindo que a formação (inicial e continuada) conquistada ainda não havia me preparado para atuar como intérprete e convencida de que a formação específica<sup>11</sup> para a função seria a de Letras/Libras, em 2008, quando houve a primeira oferta de graduação com foco na tradução e interpretação em Libras, prestei vestibular para o Letras/Libras – Bacharelado pela UFSC, polo da UFRGS.

Durante quatro anos estive nos finais de semana em Porto Alegre/RS<sup>12</sup> com o propósito de adquirir conhecimentos linguísticos, tradutórios, procurando experienciar

---

<sup>11</sup> Formação específica, nesse estudo, refere-se à formação de tradutores e intérpretes em nível de graduação. O Decreto nº 5626/2005 menciona que os tradutores e intérpretes podem se graduar em Letras/Libras - bacharelado ou obter certificação para atuar através de cursos de educação profissional, cursos de extensão universitária e cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação (BRASIL, 2005).

<sup>12</sup> A UFSC ofertou a graduação em Letras/Libras à distância. Foram 15 polos distribuídos em todo território nacional: (Belém, Universidade do Estado do Pará), Belo Horizonte (Centro Federal de

com os colegas maneiras de atuar e até mesmo materializar, via obtenção desse diploma, algo que já fazia parte de nossa atuação profissional antes de ingressarmos na graduação. Parece-me hoje que buscávamos ali finalmente pela formação completa, que nos habilitaria definitivamente para a gama de espaços em que iríamos atuar.

Se a maior parte dos egressos já era reconhecida pela comunidade surda como intérpretes, por que houve a busca por uma formação específica? Esse era um questionamento constante de minha parte. Por muito tempo, o intérprete era entendido como acompanhante, amigo ou um familiar do sujeito surdo. A imersão do intérprete de Libras na comunidade surda acontece muito antes da produção de políticas inclusivas que provocaram como efeitos, entre outras questões, o reconhecimento da língua e a profissionalização desses sujeitos no Brasil. De acordo com Quadros (2004) o intérprete de Libras surge atuando de forma voluntária no País a partir dos anos 1980. A atuação ocorria principalmente em igrejas ou acompanhando amigos e/ou parentes em consultas médicas e outros compromissos em que o sujeito surdo sentisse a necessidade da sua presença. Durante muito tempo, o intérprete atuava de maneira assistencialista, sendo essa uma forma de trabalho não formal.

Com a regulamentação do Decreto 5.626/2005 (BRASIL, 2005), o profissional passa a ser oficialmente reconhecido (e produzido) e posteriormente, no ano de 2010, o cargo de tradutor e intérprete de Libras é reconhecido<sup>13</sup> legalmente. E assim, tentando responder à pergunta feita, acredito que a inexistência de diretrizes legais parecia não legitimar nossa atuação.

Para os concursos públicos, as atividades de tradutor e intérprete de línguas orais, nível E<sup>14</sup> (exige graduação), são as mesmas tipicamente realizadas pelos

---

Educação Tecnológica de Minas Gerais), Brasília (Universidade de Brasília), Campinas (Universidade Estadual de Campinas), Curitiba (Universidade Federal do Paraná), Dourados (Universidade Federal da Grande Dourados), Florianópolis (UFSC), Fortaleza (Universidade Federal do Ceará), Goiânia (Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás), Natal (Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte), Porto Alegre (UFRGS), Recife (Universidade Federal do Pernambuco), Rio de Janeiro (Instituto Nacional de Educação de Surdos), Salvador (Universidade Federal da Bahia) e Vitória (Universidade Federal do Espírito Santo). A UFRGS (localizada em Porto Alegre/RS) foi o polo escolhido para que eu pudesse obter o título de bacharel em Letras/Libras.

<sup>13</sup> O profissional passa a ser reconhecido, mas a regulamentação da atuação como tradutor e intérprete de Libras é pretendida através de um projeto de Lei que está aguardando aprovação (SIMÕES, 2018).

<sup>14</sup> Em janeiro de 2018, extingue-se o cargo de tradutor e intérprete, a partir do Decreto 9.262/2018 (BRASIL, 2018). A determinação veda a abertura de concursos públicos e o fornecimento de vagas adicionais superiores ao estabelecido no edital de abertura da prova para cargos específicos.

tradutores e intérpretes de língua de sinais, mas no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) o cargo de tradutor e intérprete de Libras é de nível D (exige ensino médio).

Tal questão indica que discussões acerca das funções do tradutor e intérprete de Libras são extremamente necessárias, visto que muitos ainda não as compreendem. As atribuições e exigências de formação para o cargo estão em total discrepância. Ao encontro dessa afirmação, Santos (2015, p. 118) salienta:

[...] nota-se uma mistura de expectativas quanto às atribuições desses profissionais no meio universitário, esperando-se deles a atuação em múltiplos contextos dentro dos espaços acadêmicos. Vale mencionar que essa pluralidade de contextos de atuação é amplamente cobrada pelas instituições federais de ensino, ainda que a maioria dos tradutores e intérpretes tenha sido contratada para exercer suas atividades no nível de classificação D.

Concluí o curso de Letras/Libras no ano de 2012. Já havia atuado em diferentes esferas, não somente na área educacional. Nesse ano já atuava com tradutora e intérprete de Libras na UFSM. No ano de 2010 atuei como intérprete através de contrato terceirizado até o ano de 2013, quando fui aprovada no concurso para desempenhar a função na mesma instituição. Tal concurso foi feito prevendo não a formação em nível superior, mas sim em nível médio. Isso ocorre até os dias atuais porque o Decreto n. 5626/2005 prevê a formação em nível médio e nível superior, mas ao ser reconhecida a profissão de Intérprete de Libras pela Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010, a formação exigida é em nível médio somente, uma vez que o artigo que determinava a formação em nível superior foi vetado. Além disso, como já mencionado, no PCCTAE o cargo de tradutor e intérprete de Libras é de nível D (exige ensino médio).

Nesse contexto, temos hoje na UFSM (instituição em que atuo) um quadro de profissionais constituído por perfis diversos. Durante muito tempo, fui a única integrante da equipe bacharel em Letras/Libras provocando nos colegas a compreensão de que essa formação garantiria melhores condições para atuar como intérprete. O fato é que mesmo sendo genérica, é uma formação em nível superior. Esse Curso estaria de acordo com seu nível de formação para os profissionais que já vinham atuando na inclusão com acadêmicos surdos.

A UFSM está entre as universidades com maior número de alunos surdos, distribuídos entre diferentes cursos de graduação e pós-graduação. Houve a

necessidade de contratar um grande número de tradutores e intérpretes a fim de suprir a demanda da instituição. O ingresso de tantos surdos deu-se após a primeira oferta do vestibular em Libras juntamente com todo investimento para inclusão dos alunos surdos na UFSM<sup>15</sup>. O ano do primeiro vestibular em Libras foi 2009, pouco tempo após a regulamentação do Decreto 5.626/2005.

Na UFSM, os primeiros intérpretes eram pagos através de bolsa de estudos e empresas terceirizadas de serviços gerais. No ano de 2007 o Núcleo de Acessibilidade é implementado para oferecer condições de permanência aos alunos e servidores da UFSM que apresentam necessidades educacionais especiais. A partir de 2015 houve uma ampliação do núcleo que passou a funcionar enquanto Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED)<sup>16</sup>. Este órgão, vinculado ao Gabinete do Reitor, desenvolve ações de apoio junto ao público da UFSM. Estrutura-se a partir de três núcleos: Núcleo de Acessibilidade, Núcleo de Ações Afirmativas Sociais, Étnico Raciais e Indígenas e Núcleo de Apoio à Aprendizagem. O trabalho é desenvolvido também a partir do Observatório de Ações de Inclusão. As ações promovidas na CAED visam o acesso e permanência dos estudantes que, diante das ações afirmativas, estão ocupando espaços acadêmicos.

A necessidade de atender a demanda de alunos surdos que ingressaram na UFSM faz com que aconteça o primeiro concurso, ofertado em 2010, para o cargo de tradutor e intérprete de Libras, sendo destinadas duas vagas para atuar no CE/UFSM. Desde então a demanda de acadêmicos surdos vem crescendo consideravelmente. Ainda em 2010, a instituição designou, através de licitação, uma empresa para contratar tradutores e intérpretes que iriam atuar no Ensino Superior. Somente no ano de 2013 houve a segunda oferta de concurso de cinco vagas para o cargo de tradutor e intérprete de Libras. Houveram outros concursos e atualmente somos 17 tradutores e intérpretes entre efetivos e contratados (vinculados à CAED), atendendo a demanda em relação à acessibilidade.

Para pesquisadores como Sander (2003) e Santos (2015), os tradutores e intérpretes de Libras que trabalham em instituições de Ensino Superior deveriam ter,

---

<sup>15</sup> Ver dissertação intitulada "Acesso e Permanência no Ensino Superior: Estratégias de Governo da Conduta de Alunos Surdos Incluídos" (GOULARTE, 2014) da autora Ravele Bueno Goularte. Ano de defesa: 2012.

<sup>16</sup> A Resolução n. 19/2016 institui a Coordenadoria de Ações Educacionais da UFSM que se constitui em Órgão Executivo da Administração Superior, subordinado ao Gabinete do Reitor, com vistas à efetivação de ações atinentes à inclusão na UFSM (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2016).

no mínimo, formação em nível superior, preferencialmente na área em que atuam, pois somente assim pode-se falar em intérpretes profissionais qualificados e certificados, que garantam a apropriação, pelos discentes surdos, do conhecimento necessário em uma universidade.

Em 2016 conclui a especialização em Educação e Estudos Culturais pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). O trabalho final analisa as lideranças surdas e os efeitos na produção de novos sentidos para a comunidade surda de Santa Maria/RS. A proposta partiu da nova organização da comunidade surda santamariense, mais precisamente as lideranças surdas e o discurso utilizado após o intenso ingresso de pessoas surdas na Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Foram realizadas entrevistas com líderes surdos mais antigos e com acadêmicos da UFSM. A partir da análise de discurso, foi possível compreender que a formação é a base para que a comunidade surda não esmoreça. O conhecimento é almejado também com o objetivo de compartilhar com os demais. O acesso à formação acadêmica credita ao sujeito surdo uma demonstração de força perante os demais.

Os sujeitos surdos entrevistados afirmaram recorrentemente que a formação em nível superior é uma necessidade. Os surdos que não tiveram acesso à educação têm mais chances de se manterem informados através desses sujeitos que decidiram qualificar-se. A formação é considerada como meio para alcançar um patamar mais elevado nas relações de poder que estabelecem com seus pares (participantes da comunidade surda). “O poder é um efeito de conjunto: é uma estratégia, algo que está e, jogo, ele incita, promove, produz e é ‘positivo’. Produz o quê? Sujeitos, discursos, formas de vida. Como? Através da transformação técnica dos indivíduos” (FISCHER, 2012, p. 61).

O poder não é apenas uma forma de coerção, mas também constitui uma força necessária, produtiva e positiva na sociedade. Foucault (2016) diz que o saber produz poder. Nesse sentido, ao se apropriar de um saber específico, os sujeitos surdos entrevistados passaram a ocupar um lugar privilegiado nas relações de poder que estabelecem com os demais surdos. Como líderes da comunidade, acabam produzindo ações de governo sobre os outros surdos, uma vez que aquilo que dizem ocupa lugar de verdade.

Ao concluir a pesquisa, passei a me sentir inquietada com relação aos discursos que produzem a busca pela formação como uma necessidade. Tais

discursos haviam capturado os surdos entrevistados de tal forma que eles mesmos esperavam que os demais surdos se convencessem de sua importância.

Compreendo que ocorre o mesmo comigo e talvez com os demais tradutores e intérpretes de Libras diante da primeira oferta do curso, pois a formação em Letras/Libras se apresenta como um arcabouço teórico e prático das áreas de tradução e interpretação, saberes formais que tornam a atuação mais completa.

Sendo assim, essa formação, mesmo não sendo específica por área, tornou-se almejada por aqueles que passaram a ter interesse de atuação, mas talvez ainda estivessem buscando seu reconhecimento profissional e o reconhecimento da própria comunidade surda. O arcabouço teórico e saberes formais da academia efetivariam o fim da visão assistencialista da nossa atuação, seríamos profissionais da área de tradução e interpretação em Libras.

Após a Lei de Libras, um conjunto de saberes legais passa a ser produzido, atrelado ao modo de ser do tradutor e intérprete. Esse conjunto de saberes produz uma forma de atuação com status mais verdadeiro, e assim o sujeito pode assumir a si mesmo como um profissional mais capacitado, alguém que possui as habilidades necessárias para atuar principalmente no Ensino Superior.

Antes do ano de 2010, os intérpretes já atuavam na área educacional, em sua maioria. Alguns eram personagens de destaque na comunidade surda por serem engajados na busca por políticas mais adequadas, juntamente com os surdos. Muitos desses intérpretes eram professores, familiares, líderes religiosos, que adquiriram notoriedade nos movimentos surdos e lutaram pelos direitos linguísticos e culturais. De acordo com Reichert (2012, p. 70), quando os intérpretes atuavam em prol dos direitos dos surdos, convivendo com a comunidade surda há muito tempo,

[...] eram vistos como reais personagens da comunidade e mereciam confiança e atenção. Os demais intérpretes eram pessoas que recebiam confiança, conforme o que fosse dito a seu respeito entre os surdos; em suma, os surdos negociavam entre si a participação ou não destes ouvintes na comunidade.

As tecnologias de informação estavam em desenvolvimento, mas era preciso estar com o outro, conviver com a comunidade surda para adquirir a fluência. São épocas diferentes e modos diferentes de ser intérprete. A convivência “tête-à-tête” acontecia com intensidade e isso oportunizava qualidade na aquisição linguística, tradutória e cultural entre os sujeitos.

Considerando tais questões, para a qualificação do projeto, estruturei a presente investigação procurando identificar estratégias discursivas que regulam a formação e de que forma podem governar e produzir determinados tipos de subjetividade do tradutor e intérprete de Libras. Realizei entrevistas com egressos do Curso e a partir de um primeiro exercício analítico comecei a visualizar anúncios que me exigiram a redefinição da pesquisa. Tais anúncios indicavam que a formação em Letras/Libras não ocupa centralidade nas práticas que provocam formas específicas de ser do tradutor e intérprete de Libras, mas sim a emergência de políticas inclusivas.

Após a qualificação, passei a compreender que as políticas inclusivas seriam ponto central porque apenas a partir delas as pessoas ouvintes buscam novas formas de se qualificar ainda mais, provocando efeitos na relação com a comunidade surda. Os ouvintes que iniciam a atuação antes de 2002 talvez estivessem imersos de tal modo que ao tornarem-se membros da comunidade surda, ao mesmo tempo estavam se profissionalizando. Há nessa convivência um processo de profissionalização dos intérpretes que atuavam naquele momento, pois adquirir uma língua no início dos anos 2000 se dava de outra forma.

Passamos a viver, cada vez mais, on line. A hora da conexão é qualquer hora; o lugar da conexão é qualquer lugar. Graças à proliferação das possibilidades de conexão em tempo real, multiplicam-se as posições de sujeito, agora ocupadas por indivíduos flexíveis, cujas subjetividades geram-se e renovam-se em inúmeras e transitórias conexões (nós flexíveis). Troca-se progressivamente o modo de submissão “olho-no-olho”, “cara-a-cara”, “tête-à-tête” por uma forma de submissão eletrônica independente dos lugares (MORAES; VEIGA-NETO, 2008, p. 02).

Nesse contexto, percebi a necessidade de reorganizar a pesquisa a partir do objetivo de *investigar os efeitos da emergência das políticas inclusivas na constituição de modos de ser do profissional tradutor e intérprete*. Essa redefinição na intencionalidade do estudo exigiu, por consequência, a reorganização do trajeto metodológico da pesquisa. Tais questões serão discutidas na sequência da dissertação, quando apresento a organização do percurso metodológico inspirado em uma abordagem pós-estruturalista, para que seja possível pensar a produção de modos de ser do tradutor e intérprete de Libras.

## 2 ASPECTOS METODOLÓGICOS: A ELEIÇÃO DE ROTAS TRAÇADAS E OS DESLOCAMENTOS PROVOCADOS PELA MATERIALIDADE

Essa pesquisa está ancorada teórica e metodologicamente no pós-estruturalismo, que surge como uma forma de tensionamento diante das teorias estruturalistas, instaurando a desconstrução de conceitos tomados como verdades absolutas e centrais a partir da lógica da modernidade. Os questionamentos da perspectiva pós-estruturalista em relação ao que é visto como “certo e verdadeiro” pressupõe um repensar sobre a forma como se dá a construção do conhecimento científico, seus métodos e técnicas e sua eficácia na sociedade. Significa, entre outras coisas, questionar o lugar que a ciência ocupa enquanto regime discursivo que enuncia a verdade absoluta.

Michel Foucault (1996), durante uma aula inaugural no Collège de France, destaca que, intrínseco ao discurso, estão em jogo o desejo e o poder. Diferentes discursos ao serem produzidos, produzem efeitos de governo sobre os sujeitos, assujeitando-os a determinadas formas de relação consigo e com os outros.

O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la (FOUCAULT, 1996, p. 20).

Cada sociedade possui seu próprio regime de verdade, ou seja, discursos aceitos, tomados como verdade. Cada sociedade acolhe um tipo de discurso como sendo verdadeiro. Toma-se aqui o discurso a partir de sua função produtiva. Produz verdades, práticas, significados, sujeitos. “Um discurso só é aceito se acata o valor legitimado em sua época de certa separação do verdadeiro e o falso; isto é, se diante do verdadeiro e do falso se posiciona de acordo com a vontade de verdade vigente em sua época” (NOTO, 2010, p. 21).

O discurso é constituído por e constituidor de práticas sociais. Atrelado à essas práticas, as formações discursivas e não discursivas são produzidas a partir das relações de poder e saber dadas em determinado momento histórico. Para Fischer (2012, p. 78), “[...] as formações discursivas devem ser vistas sempre dentro de um espaço discursivo ou de um campo discursivo. Ou seja, elas estão sempre em relação com determinados campos de saber”.

Um dos temas centrais de Foucault foi o sujeito. A partir de uma análise das transformações do comportamento dos sujeitos, em determinados momentos históricos, políticos e socioculturais, pode-se perceber de que forma os indivíduos se subjetivam e passam a ser produzidos. O autor concebe o sujeito como o resultado de formações discursivas, um efeito das relações de poder/saber. Nesse sentido, torna-se relevante para esta pesquisa pensar de que modo determinadas relações de poder colocam em operação discursos que resultam na produção de modos de vida específicos.

[...] conduzimos nossas pesquisas e buscamos estratégias para descrever e analisar aquilo que nomeia o sujeito, que divide, separa, categoriza, hierarquiza, normaliza, governa e, conseqüentemente, produz sujeitos de determinados tipos (PARAÍSO, 2014, p. 32).

Nessa esteira, a partir de teorizações pós-estruturalistas, tomo as análises foucaultianas sobre a centralidade do discurso na produção de relações de poder que, por sua vez, produzem os sujeitos para pensar como os discursos produzidos antes e após a implementação de políticas inclusivas produzem determinados efeitos nos modos de ser do tradutor e intérprete de Libras.

Ao propor tal problematização, parto em busca daquilo que já foi produzido sobre a produção do tradutor e intérprete de Libras, procurando compreender como aparecem determinados discursos sobre esse profissional, resultando em determinadas práticas e tipos específicos de atuação. Entendo que encontrar esses outros discursos me possibilita visualizar uma rede que, ao ser tecida, indica como determinadas verdades foram sendo assumidas, fortalecidas e reproduzidas.

## 2.1 PRODUÇÕES ACADÊMICAS LOCALIZADAS

Partindo da intenção de localizar produções acadêmicas que se aproximassem do meu trabalho, realizei uma busca em alguns portais a partir dos descritores: “tradutor”, “intérprete” e “Libras”. A busca foi direcionada para o Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD)<sup>17</sup>, administrado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), órgão governamental vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; o Banco de Teses e Dissertações, gerido pela própria

---

<sup>17</sup> O Site da BDTD Disponível em: <<http://bdttd.ibict.br/vufind>> Acesso em: 22 jun. 2019.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>18</sup> e nos Bancos de dissertações e teses da UFSC<sup>19</sup> e da UFSM<sup>20</sup>.

O critério de seleção dos bancos de teses e dissertações BDTD e CAPES e se dão pelo fato de abrangerem maior número de produções acadêmicas em nível nacional, oportunizando maior mapeamento das pesquisas de acordo com a temática abordada em minha dissertação. O banco de teses e dissertações da UFSC foi selecionado pois engloba inúmeros estudos sobre tradução e interpretação em língua de sinais. Por fim, o banco de dissertações e teses da UFSM foi utilizado com o objetivo de mapear as dissertações que relacionem as áreas de tradução e interpretação com modos de ser do intérprete de Libras.

Ao acessar o portal BDTD, obtive 931 resultados para “tradutor”. Dentre os resultados principais, 195 são produções da UFSC. Sendo assim, os resultados encontrados são de 1991 até 2019. Ao realizar essa busca, observei o título e resumo dos trabalhos visando a aproximação com a temática da minha dissertação. Dentre as 195 produções, a maioria está voltada para traduções de línguas orais. Muitas dessas pesquisas falam sobre o ato tradutório ou sobre a relação surdo – intérprete, professor – intérprete, num contexto de ensino fundamental e médio. Autores como Santiago (2013) analisam a atuação dos profissionais no contexto de pós-graduação pensando nas estratégias de tradução a serem utilizadas.

- SOUZA, Saulo Xavier de. **Performances de tradução para a Língua Brasileira de Sinais observadas no curso de Letras-Libras**. 2010. 174 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- MELO, Alda Valéria Santos de. **Formação e atuação do tradutor intérprete de libras em sala de aula**. 2013. 156 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Tiradentes, Aracajú, 2013.
- SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres. **Atuação de intérpretes de língua de sinais na pós-graduação lato sensu: estratégias adotadas no processo**

---

<sup>18</sup> Site da CAPES – Banco de Teses e Dissertações – Disponível em: <<http://catalogodeteses.capes.gov.br>> Acesso em: 22 jun. 2019.

<sup>19</sup> Banco de dados da UFSC – Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/74645>> Acesso em: 22 jun. 2019.

<sup>20</sup> Banco de dados da UFSM – Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/25>> Acesso em: 22 jun. 2019.

- dialógico. 2013. 99 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas)-Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
- FERRARI, Ana Carolina Machado. **Atuação do tradutor intérprete de Libras na aprendizagem matemática de surdos no Ensino Fundamental.** 2014. 125 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
  - SUZANA, Elisama Rode Boeira. **O tradutor/intérprete de libras em contextos de inclusão escolar:** perspectivas em uma Rede municipal do Rio Grande do Sul. 2014. 98 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
  - CARVALHO, Andréa dos Guimarães de. **O trabalho colaborativo do intérprete de libras no ensino de português para surdos na escola regular de educação básica.** 2014. 170 p. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica)-Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

Esses são algumas das pesquisas que evidenciam a constituição do profissional voltada para Educação Básica e sobre o ato tradutório, por exemplo, trazido pelo autor Souza (2010). Meu interesse de pesquisa está voltado para o tradutor e intérprete no Ensino Superior, além disso, não pretendo abordar a tradução enquanto estratégia utilizada durante a atuação seja em línguas orais ou de sinais. Outro fator que considerei importante foi a seleção de pesquisas que abordem a subjetividade do tradutor e intérprete de Libras em uma analítica de discurso.

Ao filtrar a mesma busca para a palavra “intérprete” foram encontrados 193 resultados. As publicações encontradas são do ano 2000 até 2019. Dentre os trabalhos, aprendizagem do aluno surdo na Educação Básica e Ensino Superior bem como as relações entre professores e alunos surdos na inclusão.

- CECHINEL, Lenita Ceccone. **Inclusão do aluno surdo no Ensino Superior:** um estudo do uso de Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de acesso ao conhecimento científico. 2005. 71 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2005.
- ZAMPIERI, Marinês Amália. **Professor ouvinte e aluno surdo:** possibilidades de relação pedagógica na sala de aula com intérprete de Libras – Língua

portuguesa. 2006. 118 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

A busca com a palavra-chave “Libras” resultou em 42 produções acadêmicas desde 2002 até 2019. Dentre as pesquisas, encontrei estudos focados na escolarização do sujeito surdo no ensino fundamental e médio e outros que tratam da docência.

- SANTOS, Ozivan Perdigão. **Sinalizações de um professor surdo: a interpretação de Libras como processo de retextualização**. 2012. 90 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Estadual do Pará, Belém, 2012.
- ARRUDA, Débora Teixeira. **O uso de ambiente virtual de ensino aprendizagem na mediação das práticas pedagógicas inclusivas: contribuições para a disciplina Língua Brasileira de Sinais – Libras**. 2015. 107 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

No banco de dados da CAPES, utilizando o descritor “tradutor” foi possível encontrar 1.118 resultados de dissertações desde 1987 até 2019. Dentre os resultados, a maioria abordando técnicas e estudos de traduções literárias das línguas orais, relações entre tradutores e indígenas surdos, alunos inseridos no contexto escolar, traduções relacionadas ao contexto artístico, tradução e estratégias linguísticas, processos cognitivos para realizar uma tradução. As demais pesquisas também tratam das relações entre surdos e intérpretes, aprendizagem e inclusão escolar.

- EYNG, Daline Backes. **A inclusão do sujeito surdo no ensino regular do ponto de vista de alunos surdos, familiares, professores e intérpretes**. 2012. 127 p. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação)-Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2012.
- ARAÚJO, Karla. **A teatralidade do surdo na performance**. 2015. 124 p. Dissertação (Mestrado em Performance Cultural)-Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

- RIBEIRO, Elizabel Bernardes Atayde. **Situação sociolinguística dos surdos e as políticas de ensino bilíngue em Goiás: libras na interação professor surdo-educando surdo.** 2015. 239 p. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística)-Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

Utilizando a palavra-chave “intérprete”, foi possível encontrar 78 resultados de dissertações desde 1996 até 2018. Destaco a pesquisa da Silvana Aguiar dos Santos, da UFSC; e o estudo realizado pela autora Ângela Russo, da UFRGS. Durante esse levantamento, de modo geral, as pesquisas encontradas estão voltadas para a atuação no contexto religioso, relação intérprete – professor e atuação em áreas específicas como física, matemática e outras.

- HORTÊNCIO, Germana Fontora Holanda. **Um Estudo Descritivo do Papel dos Intérpretes de LIBRAS no âmbito organizacional das Testemunhas de Jeová.** 2005. 108 p. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada)-Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.
- MACHADO, Ione. **Atuação do intérprete educacional de língua brasileira de sinais em classe comum do ensino fundamental.** 2009. 130 p. Dissertação (Mestrado em Educação Especial)-Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.
- KAEFER, Lielei Genani. **Processos de ensino e de aprendizagem de conceitos científicos por estudantes surdos: uma análise com foco no papel do intérprete em aulas de física.** 2017. 107 p. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências)-Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2017.

Por último, utilizei o descritor “Libras” e obtive 76 resultados para dissertações na área da Educação desde 2004 até 2018. Entre as dissertações encontrei estudos sobre inclusão, cultura surda e sobre as formas de atuação do tradutor e intérprete de Libras. Como critério busquei nos bancos de dados as dissertações com temática que se aproximasse do meu interesse sobre a constituição do profissional tradutor e intérprete de Libras.

- SILVA, Renata Borges da. **Cultura surda: inclusão da língua de sinais na formação docente na região do Alto Tietê.** 2014. 93 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas)-Universidade de Mogi das Cruzes, Mogi das Cruzes, 2014.
- NOGUEIRA, Tiago Coimbra. **Intérpretes de Libras-Português no contexto de conferência: uma descrição do trabalho em equipe e as formas de apoio na cabine.** 2016. 213 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

No Banco de teses e dissertações da UFSC, na área de Educação, a partir da palavra-chave “tradutor” encontrei pesquisas que trazem como temática a literatura surda e traduções para público infantil.

- LOHN, Juliana Tasca. **Do jogo didático ao jogo didático surdo no contexto da educação bilíngue: o encontro com a cultura surda.** 2015.197 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- BOLDO, Jaqueline. **Intercorrências na cultura e na identidade surda com o uso da literatura infantil.** 2015. 134 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

Para a palavra “intérprete” obtive 201 resultados entre 1990 e 2018. Entre as pesquisas, encontrei algumas que tratam sobre o intérprete CODA – Children Of Deaf Adults (filhos de pais surdos).

- SILVA, Maitê Maus da. **Codas tradutores e intérpretes de língua de sinais brasileira: percurso para o profissionalismo.** 2016. 204 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- SOUZA, José Carlos Ferreira. **Intérpretes codas: construção de identidades.** 2015. 148 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

Para o descritor “Libras” encontrei 57 resultados, na maioria trabalhos sobre educação de surdos, português como segunda língua e estudos sobre escrita de sinais.

- SILVEIRA, Carolina Hessel. **O currículo de língua de sinais na educação de surdos**. 2006. 135 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- SILVA, Simone Gonçalves de Lima da. **Ensino de língua portuguesa para surdos: das políticas as práticas pedagógicas**. 2008. 121 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- SILVA, Fábio Irineu da. **Analisando o processo de leitura de uma possível escrita da língua brasileira de sinais: Signwriting**. 2009. 114 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

No Banco de teses e dissertações da UFSM, partindo principalmente da busca por dissertações na área da Educação, foi realizado o levantamento utilizando a palavra-chave “tradutor”. Obtive 197 resultados, muitos destes focados nas estratégias de ensino para o aluno surdo, estratégias de governamento e representações da prática docente.

- MÜLLER, Cristiane Ramos. **Professor surdo no ensino superior: representações da prática docente**. 2009. 82 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.
- CEZIMBRA, Juliana. **As artes de governar no contexto da educação de surdos: estratégias de governamento da escola inclusiva**. 2014. 81 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

Com o descritor “intérprete” obtive 566 resultados de pesquisas que focam em estratégias de governamento dos alunos surdos, trajetórias escolares dos surdos e estratégias de ensino para o aluno inserido no contexto do Ensino Superior.

- GOULARTE, Ravele Bueno **Acesso e permanência no ensino superior: estratégias de governamento da conduta de alunos surdos incluídos.** 2014. 107 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.
- ALMEIDA, Laisa de Castro. **Trajetórias escolares de estudantes surdos e seus efeitos nos processos inclusivos no ensino superior.** 2018. 91 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.
- LIMA, Juliana Côrrea de. **Estratégias de ensino para acadêmicos surdos na educação superior.** 2018. 114 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

Com a palavra-chave “Libras” obtive 166 resultados, dentre esses estudos sobre escrita da língua de sinais, cultura surda, movimentos surdos, currículo e docência.

- ZAPPE, Carla Tatiana. **Escrita da língua de sinais em comunidades do Orkut: marcador cultural na educação de surdos.** 2010. 69 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.
- GOMES, Anie Pereira Goularte. **O imperativo da cultura surda no plano conceitual: emergência, preservação e estratégias nos enunciados discursivos.** 2011. 103 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.
- SARTURI, Cláudia de Arruda. **Cultura e identidade surda no discurso curricular e seus efeitos na docência de professores formados no curso de Letras/Libras - Polo UFSM.** 2013. 92 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.
- DALL’ALBA, Carilissa. **Movimentos Surdos e Educação: Negociação da Cultura Surda.** 2013. 94 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

Ao realizar o levantamento nos bancos de dissertações e teses apontados anteriormente e principalmente voltados para a área da Educação, foi possível

selecionar e sistematizar as pesquisas que mais se aproximaram da temática desenvolvida nesse estudo: a constituição da subjetividade do tradutor e intérprete de Libras.

Quadro 1 - Sistematização das produções selecionadas na busca aos Portais BDTD, Capes, Banco de teses e dissertações da UFSC, UFRGS e UFSM

<b>PRODUÇÕES ACADÊMICAS</b>	<b>AUTOR ANO DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>PPG/ INSTITUIÇÃO</b>	<b>CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES DA PESQUISA</b>
Intérpretes de língua brasileira de sinais: um estudo sobre as identidades	Silvana Aguiar dos Santos, 2006	Educação UFSC	→Entrevistas com intérpretes educacionais (Ensino Superior) do RS e SC, a fim de discutir sobre os marcadores culturais das diferentes identidades desses sujeitos.
Intérprete de Língua Brasileira de Sinais: uma posição discursiva em construção	Ângela Russo, 2009	Educação UFRGS	→A formação inicial e continuada como essencial para a atuação, principalmente na área educacional e pensando os diferentes contextos que o profissional atua.
A Formação do Tradutor-Intérprete de Língua Brasileira de Sinais Como Intelectual Específico: O Trabalho de Interpretação como Prática de Cuidado de Si	Joaquim Cesar Cunha dos Santos, 2016	Educação UFES	→Tradutor e intérprete de Libras compreendido como Intelectual Específico. Discute como os TILS, por meio dos rituais de passagem e aleturgias que garantem o status de profissão a essa função, se subjetivam a partir do ingresso neste campo como profissional.

Fonte: Produzido pela pesquisadora

Durante essa busca nos portais constatei que a maioria das produções estavam voltadas para a área dos Estudos da Tradução. Algumas voltadas para a Educação, especificamente sobre a relação dos intérpretes com os alunos surdos ou sobre a relação dos professores que ministram disciplinas nas turmas com surdos que utilizam o serviço da tradução e interpretação em Libras.

Foi possível ainda constatar que o maior número de publicações se concentra na UFSC, instituição que ofertou o curso de Letras/Libras a partir do ano de 2006. A UFSC é referência nacional devido ao trabalho desenvolvido na área de tradução e interpretação e as pesquisas que produz de forma cada vez mais crescente nesse campo. No ano de 2002, o reconhecimento da Libras como língua e no ano de 2005, a promulgação do Decreto 5626, proporcionam a ampliação das pesquisas no que tange a educação de surdos e a atuação dos tradutores e intérpretes de Libras.

Sobre a necessidade de formação, a dissertação da autora Russo (2009), além de fazer um resgate histórico sobre a atuação do intérprete de Libras, analisa os efeitos de sentidos discursivos produzidos em alunos que frequentaram ou que frequentam cursos de formação para intérpretes. Tais efeitos referem-se

[...] a diversidade de espaços de atuação dos ILS; os sentidos do sentir envolvidos no ato cênico de interpretar; as especificidades da interpretação no âmbito escolar; as inquietações quanto ao saber as línguas envolvidas na interpretação e quanto ao saber fazer uma boa interpretação; a constatação da diversidade de saberes e a importância das tarefas de interpretação caracterizam a posição discursiva do sujeito intérprete de Libras que estamos formando (RUSSO, 2009, p. 104).

Ao concluir a pesquisa sobre o profissional intérprete de Libras, Russo (2009) compreende que deve haver a promoção da formação inicial e continuada devido à crescente demanda de atuação, principalmente na área educacional, pensando os diferentes contextos que o profissional atua.

A pesquisadora Santos (2006) utilizou quatro entrevistas com intérpretes gaúchos e catarinenses a fim de dialogar com as narrativas desses intérpretes resgatando suas memórias e olhares e compondo marcadores identitários, tais como: a questão do assistencialismo, do voluntariado e da religião; a formação e a profissionalização dos ILS e o trânsito nessas múltiplas identidades. Para além da formação, a discussão perpassa modos de ser intérprete. Santos (2006, p. 26) afirma que:

As identidades são produzidas dentro das culturas, motivo este que justifica o porquê das mesmas serem culturais. No caso dos ILS, a transição entre duas culturas (espaços surdos e espaços ouvintes) multifacetadas, os fazem flutuar entre esses meios, tornando-o uma produção cultural e fervilhando novas significações a partir destas relações desencadeadas.

Nesse sentido, fica evidente a importância das culturas e línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação. Assim, o profissional se constitui nesse “entre lugares” (FLEURI, 2005), onde as subjetividades se encontram e se reinventam.

Por fim, a pesquisa de Santos (2016) traz uma reflexão sobre o papel dos cursos de formação de tradutores e intérpretes de Libras na constituição da subjetivação desses profissionais, abrangendo os intérpretes sem formação que já atuavam anteriormente a regulamentação do Decreto 5626/2005 (BRASIL, 2005). O autor utiliza a teoria pós-estruturalista enfatizando o cuidado de si e, como ferramenta metodológica, usa o intelectual específico para compreender os modos de ser tradutor e intérprete de Libras. De acordo com Santos (2016, p. 19),

[...] penso nesse sujeito que, em determinado momento de sua história, se constitui, se subjetivando intérprete de libras e assumindo para si essa responsabilidade que não se limita a uma formação acadêmica ou técnica como tradutor e intérprete, sujeito que, muitas vezes, vai além de um envolvimento e comprometimento com a profissão e com a atividade de interpretação.

Feito esse levantamento sobre modos de ser tradutores e intérpretes de Libras, é possível observar que a discussão produzida pelos autores indica práticas discursivas que têm constituído profissionais que vivem entre fronteiras linguísticas e culturais.

## 2.2 A ELEIÇÃO DA MATERIALIDADE ANALÍTICA

A construção do percurso metodológico traçado neste estudo elencou como materialidade entrevistas realizadas com 10 sujeitos que atuam/atuaram como intérpretes de Libras no País, divididos em 02 grupos (A e B) conforme caracterização apresentada no quadro a seguir:

Quadro 2 - Descrição da materialidade definitiva

	<b>GRUPO A</b>	<b>GRUPO B</b>
<b>Sujeitos entrevistados</b>	5 sujeitos (somente mulheres)  Morgana (Coda) Penélope (Coda) Adelaide Cintia Victória	5 sujeitos (4 mulheres e 1 homem)  Clotilde Patrícia Florinda Roberto Nina
<b>Critério de seleção dos sujeitos</b>	Graduação em Letras/Libras – bacharelado no polo UFRGS.	Atuação como intérpretes antes do reconhecimento da Libras.
<b>Atuação enquanto intérpretes de Libras</b>	Realizada no Ensino Superior. São profissionais efetivos em instituições federais.	Realizada desde a década de 80. Entre os entrevistados, 2 continuam realizando trabalhos como intérpretes.
<b>Qualificação profissional para atuar como intérprete</b>	5 possuem PROLIBRAS 5 atuam no Ensino Superior 4 possuem curso ofertado pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS)	2 possuem PROLIBRAS 3 atuaram no Ensino Superior 5 possuem curso e/ou obteve certificação em bancas ofertadas pela FENEIS
<b>Formação acadêmica</b>	1 especialista 1 mestre 1 doutoranda com graduação (Letras/Libras).	3 graduados em Educação Especial 1 em serviço social 1 na área da informática.  Atualmente 1 especialista, 1 mestre, 1 doutor e 2 doutorandos.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

O contato com os sujeitos do Grupo A foi realizado via e-mail. Obtive o retorno de cinco tradutoras e intérpretes que são servidoras federais: quatro da UFRGS e uma na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Dentre as servidoras da UFRGS, uma das entrevistadas atua na coordenação do antigo Programa Incluir, atualmente Núcleo de Inclusão e Acessibilidade. O critério para essa seleção deu-se devido a formação na primeira turma do Letras/Libras – bacharelado, polo da UFRGS e por atuarem como tradutoras e intérpretes em instituições públicas federais.

As entrevistas foram realizadas de forma presencial (gravadas em áudio) e, quando não foi possível o encontro presencial, propus que fossem realizadas de forma

online, via Skype (gravadas em áudio). A entrevista semiestruturada, com 12 perguntas abertas, tinha a intenção de compreender como o curso de Letras/Libras havia produzido efeitos nos modos de ser das profissionais entrevistadas.

As cinco tradutoras e intérpretes que concederam entrevista são graduadas em Letras/Libras. Nessa pesquisa foram atribuídos nomes fictícios para cada participante:

**Penélope:** é Coda, atua como intérprete desde o ano 2000, sua última formação foi em Letras/Libras.

**Victória:** começou seu contato como professora na escola regular. Em 2004 ela passa a atuar como professora em escola para surdos e em 2007 inicia como intérprete. Atualmente está em processo de doutorado na área de Estudos da Tradução.

**Cintia:** tinha um vizinho surdo quando era criança, mas foi através da escola que o contato com os surdos se intensificou. Cintia atuou como professora na escola para surdos e realizando algumas interpretações a serviço da escola. Sua última formação foi especialização na área de Educação de Surdos.

**Adelaide:** teve seu primeiro contato com surdos numa fábrica em que trabalhou. Passou a atuar como intérprete no contexto religioso, tem relacionamento com surdo. Sua última formação foi em Letras/Libras.

**Morgana:** também é Coda, atua desde 2001 como intérprete, tem relacionamento com um surdo. Sua última formação foi o Mestrado.

As narrativas das tradutoras e intérpretes que atuam em instituições federais mostram que, com a emergência de políticas inclusivas, os profissionais que conviviam com os sujeitos surdos adquirem a língua, buscam a profissionalização e alguns destes distanciam-se da comunidade surda após efetivarem-se profissionalmente em instituições federais.

“Atualmente a minha relação com a comunidade surda é mais no ambiente acadêmico mesmo. Eu tenho familiares surdos com os quais eu tenho contato, mas fora da universidade a minha atuação com eles é somente familiar” Penélope (Grupo A).

“Não tenho relação de interpretação com eles. Os surdos aqui da universidade, é trabalho mesmo. A gente não tem vínculo em termos de sair fim de semana... nem de Facebook. Não tenho relação, não” Victória (Grupo A).

“Ontem eu estava pensando nisso, em como ampliar mais [contato com os surdos] porque eu ando muito... meu esposo é surdo e a minha vida, não sendo meu surdinho de casa...risos. Somos eu e ele. A gente está numa fase de mudança de casa, não estou muito envolvida” Adelaide (Grupo A).

“De alguma maneira, até para se constituir enquanto intérprete, sabe? Se a gente entende a tradução como tradução cultural, tenho que, minimamente saber o que está acontecendo, de que forma as coisas acontecem com esse grupo. Não acho que a gente precise viver ali o tempo todo como uma obrigação, mas pelo menos ter essa inserção profissional para qualificar teu trabalho e de saber como as coisas funcionam, poder conhecer a língua de sinais na informalidade, não só aquela língua de sinais acadêmica. Saber como isso funciona para poder fazer bem uma tradução se isso acontecer... uma interpretação em algum momento” Cintia (Grupo A).

A fluência de uma segunda língua, seja oral ou de sinais, é adquirida conforme o contato se intensifica. A própria apropriação cultural só é possível após a convivência. A interação entre os indivíduos possibilita a geração de novas experiências e conhecimento. Entre as entrevistadas, as cinco afirmam que conviviam diariamente com a comunidade surda, envolvendo-se em situações de interpretação inicialmente como amigos. Atualmente, três entrevistadas possuem relações estritamente profissionais com os surdos no ambiente acadêmico, ou seja, não há relação com esses surdos fora da instituição.

Na análise das entrevistas com os sujeitos do Grupo A, visualizei que a graduação em Letras/Libras – bacharelado produz efeitos importantes ainda que não se constitua como o maior determinante para a forma de atuação do profissional. Tais anúncios, ao indicarem que a produção de modos de ser do profissional não é determinada exclusivamente pela formação em Letras/Libras, encaminharam a pesquisa para outras possibilidades de discussão. Pelas narrativas produzidas com esse grupo de sujeitos (A) visualizei que o que tem determinado suas formas de atuação pode ser localizado nas suas histórias pessoais, pelas formas como eles se aproximaram da profissão. Nesse sentido, o que passei a visualizar como recorrente foi que:

- há modos de ser desse profissional que são fortemente determinadas pela interação que ele já estabelecia com a comunidade surda mesmo antes da emergência de políticas inclusivas;

- há modos de ser do profissional que possuía uma relação com a comunidade e que se modifica a partir da emergência dessas políticas que provocou, entre outras conquistas, o reconhecimento da língua e sua profissionalização.

Esses modos de ser do tradutor e intérprete são atravessados por ações de assistencialismo e ativismo que se deslocam em um movimento de rupturas e retomadas nas relações entre o profissional e a comunidade surda. Nesse estudo, o termo ativismo será utilizado conforme o autor Veiga-Neto (2012) para caracterizar os sujeitos que praticam ações individuais visando o bem social.

O contato com três sujeitos do Grupo B foi presencial. As entrevistas foram gravadas em áudio. Com os outros dois sujeitos as entrevistas foram realizadas via Skype (gravadas em áudio). Para fins de preservação de suas identidades, tais sujeitos foram aqui identificados por nomes fictícios.

**Clotilde:** era efetiva na UFSM e no ano de 1988 foi chamada para atender um grupo de jovens surdos que frequentavam o CACEE. A partir desse contato, adquiriu Libras e passou a interpretar reuniões no CACEE. É considerada a primeira intérprete que exerceu a função em Santa Maria, atuou até o ano de 1995.

**Patrícia:** começou seu contato na igreja, no ano de 1997, e foi lá que se deu sua primeira atuação como intérprete. Tem relacionamento com surdo. Atualmente é professora e está estudando Doutorado em Educação. Ainda exerce a função de intérprete em diversos contextos.

**Florinda:** o primeiro contato foi durante a graduação em Educação Especial no ano de 1998. Após obter a formação, ela foi contratada (empresa terceirizada) para interpretar no mesmo curso, também atuava em outros contextos. Atualmente é professora substituta/visitante na área da Educação Inclusiva e Libras. Deixou de atuar como intérprete em 2006.

**Nina:** teve seu primeiro contato com surdos quando era criança. Era uma escola regular com classe especial. Graduou-se em Educação Especial e passou a atuar como intérprete no contexto religioso, principalmente. Deixou de exercer a função de intérprete em 2008. Concluiu o Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica e atualmente é professora e está concluindo uma Especialização em Libras.

**Roberto:** o contato iniciou-se através de um Curso de informática em que atuava como professor. Dois surdos insistiram para participar como alunos desse curso no ano 2000. O contato se ampliou com a comunidade surda passando a atuar como intérprete em diferentes contextos. Atualmente é Gestor de Recursos Humanos, a atuação como intérprete é esporádica e ocorre principalmente no contexto religioso.

Os sujeitos dos grupos A e B constituem-se como intérpretes a partir do intenso contato empreendido com a comunidade surda. A atuação deu-se entre os anos 80, 90 e início dos anos 2000. Alguns são figuras marcantes para a comunidade surda em um momento em que os surdos ainda eram proibidos de se comunicar em língua de sinais no âmbito educacional. Contrapondo ao consenso entre os profissionais da área da educação que desconsideravam a língua de sinais no processo de escolarização do aluno surdo, enquanto esses intérpretes se apropriavam da língua e militavam junto à comunidade.

Esses sujeitos instituem a experiência visual como modo de vida, produzindo, com isso, um sujeito que ao atuar como intérprete experiência modos de vida através de questões linguísticas e culturais.

“Não sei se foram os avanços tecnológicos que fizeram isso e eu acho que foi muito influência disso, hoje tu abres o Google e aparece todos os cursos que você imaginar, acho que aí dá uma boa pesquisa, fazer uma seleção de cursos online em Libras, infinitas versões de cursos em Libras que é possível fazer, mas o contato vejo que é essencial. Todos esses anos que conheço Libras, o contato é essencial, não tem jeito” Florinda (Grupo B).

“Foi nessa época, entre 2001 e 2003, que eu desenvolvi mais a língua de sinais e comecei a interpretar. Tenho muito mais saudade do contato com a comunidade surda do que da atuação” Nina (Grupo A).

Não é somente o ato de interpretar que constitui o profissional. Menezes (2008, p. 05) destaca que “[...] tanto as diferenças como as igualdades nos remetem a necessidade dos seres humanos de viverem em sociedade, de configurar grupos e criar laços, de conviver”. Assim, considerando as recorrências apresentadas pelas narrativas dos grupos A e B, na continuidade da discussão procuro fazer um resgate histórico da constituição do tradutor e intérprete de Libras, bem como analisar deslocamentos entre as ênfases no assistencialismo, ativismo e profissionalização que indicam as interações entre os sujeitos entrevistados e a comunidade surda e produzem seus diferentes modos de ser ao atuarem na condição de tradutores e intérpretes de Libras.

### 3 A PRODUÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE SURDA: ANÁLISES SOBRE O CARÁTER ASSISTENCIALISTA QUE PRODUZEM FORMAS DE ATUAÇÃO

"Encontro" é a palavra-chave. É só num encontro que um corpo se define. Por isso, não interessa saber qual a sua forma ou inspecionar seus órgãos e funções. Individualmente, isoladamente, um corpo tem pouco interesse. É na intersecção das linhas dos movimentos e dos afectos que ficamos sabendo daquilo de que um corpo é capaz. Sua capacidade e não sua essência é o que importa, a não ser que por "essência" entendamos justamente sua "capacidade" (SILVA, 2002, p. 53-54).

Em sua obra "Os Anormais", Foucault (2001) destaca que o fortalecimento das ciências e a produção de saberes da medicina passam a se ocupar dos sujeitos, produzindo padrões normativos e evolutivos para compreender os processos de desenvolvimento. Nesse contexto, aqueles que por apresentarem condições estranhas de vida viviam em situação de isolamento tornam-se alvo de tais saberes, pois por uma questão de seguridade, fazia-se preciso aproximar-se desses estranhos para estudá-los, conhecê-los e então governá-los. Ao indicarem o que seria um desenvolvimento normal, tais saberes acabaram inventando as condições anormais de desenvolvimento e assim, a partir especialmente dos saberes da medicina, produzimos os estranhos como sujeitos anormais, sobre os quais práticas de correção deveriam ser operadas.

Temos assim um movimento que prevê que os estranhos que viviam segregados, em situação de isolamento, ao serem produzidos como anormais, ganhem o direito de aproximação social com fins normalizadores.

[...] a norma traz consigo ao mesmo tempo um princípio de qualificação e um princípio de correção. A norma não tem por função excluir, rejeitar. Ao contrário, ela está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação, a uma espécie de poder normativo (FOUCAULT, 2001, p. 62).

Nesse contexto, considerando a língua oral como padrão de normalidade, foram localizados no grupo dos anormais, entre outros, os sujeitos surdos. Vimos no século XIX assumir ações consideradas eugenistas<sup>21</sup> como o impedimento do

---

<sup>21</sup> Eugenia se caracteriza como estratégia de higienização social. Durante o Nazismo, foi uma prática fortemente utilizada para exterminar judeus e "melhorar" a raça ariana. No contexto desse estudo, ao referir-me às práticas eugenistas, direciono o olhar para a deficiência. Lobo (2008) em seu livro e também as autoras Silva e Souza (2018) fazem uma discussão aprofundada sobre normalização e higienização social. Os casamentos consanguíneos eram proibidos, aqueles que tinham pessoas com

casamento entre surdos para evitar o nascimento de mais surdos. Como efeito produziu-se discursos que minimizam a necessidade de uso da língua de sinais e justificavam a proibição dessa forma de comunicação. Aos surdos já nascidos restava a sujeição a práticas de correção da falta da audição pelo viés da oralização<sup>22</sup>.

[...] consideramos que o normal para a espécie humana é ouvir e falar, os surdos, seja como se queiram narrar, serão sempre uma diversidade, subconjuntos de pontos na superfície de um gráfico que gradua diferenças audiométricas – uma diferença para menos nos valores pontuados pela curva do sino (SOUZA; GALLO, 2002, p. 41).

Interessava que o sujeito surdo utilizasse a oralidade e que se comportasse a partir de um determinado padrão social. Acreditava-se até então que o surdo era alguém sem comunicação e que precisava ser corrigido, normalizado. Tal representação da surdez, como falta a ser corrigida, produziu relações entre os sujeitos e a sociedade, amparadas em princípios como a benevolência e a caridade.

Com o predomínio do poder da Igreja, os surdos eram vistos como aqueles sem salvação, considerava-se que não podiam confessar os seus pecados. Sendo assim, não poderiam tomar comunhão, casar ou até mesmo receber herança. A partir do século XVI a aprendizagem dos surdos passa a ser considerada. Anteriormente eram vistos como incapazes para educação formal, tendo em vista a importância da oralidade nesse período.

Ao longo do tempo, muitos educadores não reconheceram a língua de sinais, compreendendo a visão oralista mais adequada à educação dos surdos. Os educadores acreditavam que a língua de sinais prejudicaria o desenvolvimento cognitivo dos sujeitos surdos.

Durante quase cem anos, a filosofia oralista era predominante. Na década de 1960, essa filosofia educacional passou a ser alvo de críticas e apesar das proibições relacionadas a língua de sinais, os surdos continuaram usando gestos e sinais para se comunicar entre seus pares.

---

deficiência na família também não poderiam, assim como as próprias pessoas com deficiência. Os surdos eram proibidos de casarem entre si justamente para evitar a proliferação da surdez.

<sup>22</sup> Até o século XV os surdos eram mundialmente considerados incapazes de aprender. O século XVI foi marcado pela atuação de um surdo francês, Huet. Em 1857, Huet veio ao Brasil para fundar a primeira escola para surdos do Brasil. Foi inaugurada como Imperial Instituto de Surdos Mudos, a escola funciona até hoje, mas atualmente com o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). A Libras teve forte influência da Língua de Sinais Francesa até que em 1880 através do Congresso de Milão, na Itália, a língua de sinais foi proibida em todo o mundo, instituindo-se como método de ensino mais adequado o Oralismo.

Nos anos 1970 surgiram pesquisas que buscavam comprovar que a língua de sinais tinha o mesmo status de língua oral. Acompanhando as descobertas linguísticas, surge uma nova filosofia educacional, disseminada em muitos países, denominada comunicação total. Essa filosofia utiliza métodos, ideias e diferentes propostas pedagógicas para trabalhar a educação dos surdos, com o objetivo de facilitar a aprendizagem da língua de sinais e oralidade, desenvolvendo questões cognitivas e socioemocionais.

A comunicação total não está centrada em assegurar aspectos históricos e socioculturais da comunidade surda, há uma mistura de possibilidades. Até o início da década de 90, essa era a filosofia mais aceita para os surdos acessarem o mundo, pois defende a utilização de inúmeros recursos linguísticos, tais como: língua de sinais, oralidade, entre outros. Esses recursos servem como facilitadores para a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes, compreendendo a importância da interação entre as línguas (orais e sinalizadas). “Nessa visão, a língua de sinais não é vista como a língua mais importante para o surdo, mas sim, um recurso comunicativo para a aquisição da língua majoritária, o que reafirma os pressupostos do oralismo” (MACHADO, 2008, p. 63).

Cintia e Clotilde afirmam que os primeiros contatos se deram nesse período em que a comunicação total era considerada como método mais adequado. Ao longo do tempo, a língua de sinais passa a ser utilizada pela comunidade surda.

“Sou bem da época da Comunicação Total. Quando entrei na escola acho em 1990 e era assim. Acho que continuou sendo assim mais uns 4 ou 5 anos, depois isso tudo caiu. Foi assim que comecei na área da surdez. Em função disso, aprendi Libras na marra... risos” Cintia (Grupo A).

“Começa um movimento nacional e mundial da Comunicação Total aí a gente entra em contato com a FENEIS, vai o pessoal da FENEIS para Santa Maria e a gente começa a conversar com outras associações de surdos e começamos a fazer o debate dentro do CACEE sobre a comunicação total e o bilinguismo dentro da comunicação total” Clotilde (Grupo B).

Após pesquisas realizadas em torno da língua de sinais, constatou-se a semelhança em relação as línguas orais e com isso a importância do método

bilíngue<sup>23</sup> para a educação de surdos. Esse método é hoje considerado o mais indicado para o desenvolvimento desses sujeitos.

Toda criança nasce preparada para receber uma língua e não especificamente a língua oral. No entanto, é preciso mencionar que a maioria das crianças surdas nasce em famílias ouvintes. É comum que os pais e familiares prefiram que a criança surda utilize de todas as técnicas e tratamentos para “corrigir” a surdez.

Pais ouvintes muitas vezes percebem a surdez tardiamente, afetando a aquisição da linguagem. Muitos pais não aceitam a língua de sinais, pois compreendem que a criança surda deve aprender a falar oralmente o que, em uma perspectiva de desenvolvimento bilíngue, pode significar a produção de uma lacuna na mediação com o mundo que afeta a comunicação de forma significativa.

Essa lógica cruel permanece enquanto as crianças surdas não se encontram com um adulto. Elas têm necessidade dessa identificação com os adultos, uma necessidade crucial. É preciso convencer todos os pais de crianças surdas e colocá-las em contato, o mais rápido possível, com adultos surdos, desde o nascimento. É preciso que os dois mundos se entrelacem, aquele do barulho e o outro, do silêncio. O desenvolvimento psicológico da criança surda se fará mais rapidamente e bem melhor. Ela se construirá longe daquela solidão angustiante de ser única no mundo, sem ideias construtivas e sem futuro (LABORIT, 1994, p. 49).

A Libras é uma forma de proporcionar a socialização e imersão do sujeito surdo na sociedade. O surdo é compreendido nessa pesquisa como sujeito da experiência visual. Essa experiência está relacionada aos artefatos culturais que constituem modos de ser surdo.

A experiência visual significa a utilização da visão, em substituição total à audição, como meio de comunicação. Desta experiência visual surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico. A cultura surda comporta a língua de sinais, a necessidade do intérprete, de tecnologia de leitura (PERLIN, 2003, p. 218).

Veiga-Neto e Lopes (2011) discutem sobre a inclusão como processo social que passa a ser considerado como necessário e imutável. Nos últimos anos, a inclusão tornou-se um imperativo que praticamente ninguém se arrisca a contestar.

---

<sup>23</sup> Entre 1950 e 1960 a comunicação total surge e a língua de sinais é reconsiderada, até que a partir dos anos 90, após estudos sobre aquisição da linguagem, passa a ser considerado o Bilinguismo como método mais apropriado para a educação dos surdos. Esse método trata da aquisição da língua de sinais como língua de instrução e a língua oral (português) na modalidade escrita. As escolas bilíngues passam a existir, principalmente no RS. Nesses espaços as pessoas surdas são instruídas em Libras (BOGAS, 2017).

“Os processos de in/exclusão se caracterizam pelo convencimento dos indivíduos de suas incapacidades e/ou capacidades limitadas de entendimento, participação e promoção social, educacional e laboral” (VEIGA-NETO; LOPES, 2011, p. 131).

Realizei entrevistas com sujeitos que atuaram como intérpretes de língua de sinais antes e depois da emergência das políticas inclusivas. Essas narrativas me possibilitaram pensar sobre como a convivência estabelecida entre surdos e ouvintes constituíram modos de se relacionar com os surdos; como ativista e/ou militante, sensível e envolvido com as lutas e conquistas da comunidade e, há modos de se relacionar que se modificaram após o processo de profissionalização dos intérpretes. Tendo em vista as recorrências em seus discursos, as análises foram organizadas em dois grupos (A e B).

A entrevistada do grupo B, Clotilde, atuou desde 1985 até 1995 junto à comunidade surda, iniciando o contato com os surdos durante os encontros no CACEE; possuía vínculo na UFSM. Sobre os encontros,

“Existia um grupo de adolescentes surdos e eu trabalhava com eles a questão da colocação profissional. Era tipo um grupo de convivência que se encontrava todos os dias lá no CACEE à tarde. Quando eu cheguei, eles trabalhavam com a psicóloga, aí ela saiu e eu fiquei para trabalhar com essa parte mais objetiva, profissional. Eu chamei um por um para fazer a entrevista e eu não entendia o que eles falavam e eles também não me entendiam direito. Aí eles começaram a me ensinar sinais” Clotilde (Grupo B).

Ressalto que no período em que Clotilde atuou, o Oralismo era a metodologia mais aceita na área educacional. Sendo assim, a Libras não tinha status de língua e ainda não era reconhecida; a figura do intérprete também era desconsiderada. De qualquer forma, as narrativas demonstram resistência por parte desses ouvintes que se apropriaram da língua de sinais e foram se constituindo intérpretes durante os encontros, seja no CACEE, num contexto educacional ou num contexto religioso, em que os surdos estavam inseridos.

“É importante ressaltar que naquela época era a metodologia oralista, era proibido fazer sinais com os surdos, inclusive no CACEE. Não existia o intérprete, não existia essa figura. Eu era uma pessoa que fazia língua de sinais para eles” Clotilde (Grupo B).

A interpretação toma força numa época em que a comunidade surda estava se unindo em prol de direitos linguísticos, principalmente. Clotilde compreende que a

convivência era crucial no processo da aquisição da língua de sinais e a posterior atuação como intérprete.

“Comecei a aprender língua de sinais com eles na convivência e no trabalho. Eu falava mais língua de sinais do que como ouvinte porque era muita convivência mesmo. Era uma dedicação praticamente 24h porque eu trabalhava no CACEE e fora desse horário eu trabalhava na associação junto com eles” Clotilde (Grupo B).

“Eu acho que é difícil ver intérpretes que convivem com a comunidade e que não estão diretamente envolvidos com essa militância porque a gente acaba sentindo muito pouco, mas a gente sente na pele tudo e todas as dificuldades que eles sentem no dia-a-dia, a gente vê e vai tentar ajudar e vai tentar colaborar e acaba vendo que falta muita coisa, por mais que a gente saiba que muito já se conquistou, falta muita coisa” Morgana (Grupo A).

Os encontros e seus efeitos sobre os corpos colocam em funcionamento a potência desses corpos. Esses encontros são povoados por movimentos diversos que resultam na experiência de si. Envolver-se, conviver, o desejo de estar junto. “Quanto é possível acolher o desconhecido que se insinua no outro e que, por ressonância, também pode produzir efeitos em nós?” (SILVA, 2002, p. 53).

A militância mostra a importância de estar entre pessoas que possuem as mesmas aspirações e desejam lutar pelas mesmas causas. O militante acontece quando o fazer militante existe. Essa militância é reconhecida como sendo uma participação política que busca ações e direitos linguísticos e educacionais.

Sobre os primeiros contatos com sujeitos surdos, Cintia afirma que iniciou as atividades como intérprete depois de atuar como professora em uma Escola para surdos em Porto Alegre.

“Eu tinha um amigo em Caxias que frequentava minha casa, é surdo, mas não tinha nem língua de sinais... a língua de sinais não circulava, não existia essa... nem da parte dele, não se fazia presente a partir da língua de sinais e nem da minha parte, éramos todos adolescentes com 14, 15 anos... risos. De fato, comecei a ter contato foi quando fui substituir essa colega na licença gestante dela. Sem saber absolutamente nada de língua de sinais...isso foi há 30 anos... quase 30 anos atrás, e era diferente. Os cursos de Libras eram mínimos, os profissionais também e a gente ia para a sala de aula e lá tudo acontecia” Cintia (Grupo A).

A partir do momento que os encontros se intensificam, Clotilde vai adquirindo a língua até que foi necessário iniciar a interpretação principalmente durante as reuniões no CACEE, pois entendia que sua atuação era essencial para a interação desses

sujeitos surdos. Nesse período a língua de sinais não era aceita pelos profissionais que atuavam no CACEE e as interpretações realizadas por Clotilde durante as reuniões eram tidas como afronta. Ela justifica que, como assistente social, não se envolvia com a Educação de Surdos, por isso se comunicava em língua de sinais.

“Era uma briga toda vez que eu tinha que traduzir, tinha que brigar... não era uma coisa natural, não podia fazer. Eu fazia porque eles pediam. Existia ali uma aliança minha com a comunidade surda. Só eu atuava nessa época e crucificada ainda, né? Pauleada” Clotilde (Grupo B).

O Bilinguismo possibilitou ao surdo um desenvolvimento cognitivo-linguístico equivalente ao verificado no ouvinte, através do acesso às duas línguas, no caso do Brasil: a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa. Foi a partir dos anos 80 que a Libras passa a ser fortemente defendida. Havia difusão da Libras nos contextos religiosos, muitos intérpretes iniciam a atuação nas igrejas.

Patrícia iniciou seu contato com os surdos na igreja em 1998, logo depois começou a atuar no contexto educacional, uma transição descrita como difícil. Atualmente Patrícia está em processo de Doutorado em Educação.

“A gente tem aquela preocupação da vida num todo do surdo, de ajudar... aí foi minha maior dificuldade, tirar isso de filantropia, de ajudar o surdo... quando eu entrei no universo acadêmico foi extremamente difícil me desvincular disso, mudar o que o surdo significava para mim. Aqui (academia) era um surdo que eu tinha que interpretar e pronto, foi muito difícil, eu ajudava o surdo, escrevia para o surdo, sabe?” Patrícia (Grupo B).

O envolvimento com a comunidade surda era natural. Não havia tanta clareza sobre a função de intérprete, era uma relação de amizade que se confundia com trabalho em alguns momentos, era algo familiar.

Os tradutores-intérpretes de Libras passam a ser em muitos casos os responsáveis pela informação, pelos conteúdos de ensino na escola e, em outros casos, acabam diagnosticando a situação dos sujeitos surdos, opinando como estes podem ser incluídos. São solicitados a avaliar o grau de conhecimento de Libras por parte dos surdos e, juntamente com outros profissionais, conduzem e governam os corpos da população que o Estado quer normalizar (SANTOS, 2016, p. 89).

O assistencialismo está diretamente ligado à caridade, estimulando as boas ações com quem necessita. Essa concepção coloca o intérprete como alguém que realiza um ato bondoso, com o intuito de auxiliar somente. Antes de ser concebida

como atividade profissional, quando os intérpretes atuavam, cotidianamente eram questionados sobre seu parentesco com o sujeito surdo. Dessa maneira, a atividade exercida é considerada um ato voluntário, ato realizado pelo simples prazer de exercer o bem.

“Eu entrava em intimidades familiares para fazer o papel de intérprete porque os pais não conseguiam se comunicar com eles. Tinha uma que tinha crises, surto nervoso e também me chamavam no meio da madrugada porque não conseguiam conversar via Oralismo. Percebe que é uma geração que foi criada no Oralismo e as famílias começaram a se deparar com isso, a própria conversa, um diálogo mais profundo com os filhos não existia” Clotilde (Grupo B).

Ao problematizar a emergência das ações de assistência, Lockmann (2013) aborda a transição do poder pastoral para o poder da cidade. Para Lockmann (2013, p. 72) “[...] trata-se de substituir todo um conjunto de práticas espirituais, cósmicas e religiosas por uma série de conhecimentos úteis à arte de governar, mais precisos e objetivos”. Compreendo que esse deslocamento pode também ser visualizado na relação entre intérpretes e surdos. O envolvimento que era da ordem da amizade e convivência intensa passa a ser da ordem da profissão, o que possibilita, entre outras coisas, uma ação de condução da comunidade surda de forma mais capilar e, portanto, ampliada.

“Quando vinha esses intérpretes de Ijuí, vinha 30, 40 surdos, vinha muito surdo, circulava normal. A igreja não se tornou um espaço só de aquisição de conhecimento bíblico, religioso, era também espaço de ação social” Patrícia (Grupo B).

“Teve muita gente que deu muito trabalho porque queria ganhar dinheiro com isso. Tudo voluntário, alguns eventos pagavam, mas era muito raro” Clotilde (Grupo B).

Era comum os tradutores e intérpretes terem sua profissão vinculada a um dom divino, um ato de caridade e dedicação ao outro, principalmente considerando a questão da surdez como deficiência.

No Brasil, até meados do século XIX, as práticas de assistência aos necessitados se apresentavam como atos de caridade ao próximo e eram desenvolvidas tanto de forma individualizada – mediante doações e auxílios concedidos por pessoas que, além de bens materiais, possuíam “almas piedosas” –; quanto de forma organizada e regulamentada por meio de ordens religiosas ligadas às igrejas e conventos que ofereciam não só ajuda material, mas também moral e espiritual (LOCKMANN, 2013, p. 183).

Florinda inicia seu contato com os surdos ao ingressar no Curso de Educação Especial – Deficientes da Audiocomunicação no ano de 1998. Como o Curso ainda não ofertava a disciplina de Libras, ela e suas colegas buscaram esse conhecimento fora. O contato se intensificou até que um surdo ingressa na Educação Especial no mesmo ano em que Florinda se forma.

“Eu fui contratada para fazer esse trabalho de ajuda porque era essa a visão da assistência que permeava muitos professores em sala de aula com o estudante surdo que estava ali” Florinda (Grupo B).

Patrícia também tem formação em Educação Especial, mas seu contato com os surdos inicia na igreja. Ela explica que a interpretação surge nesse contexto, mas não havia pretensão de tornar-se intérprete.

“A minha prática em conversação com os surdos se deu pela igreja que, querendo ou não, na história da interpretação da Libras, é onde a maioria dos intérpretes nasceram, nesse contexto religioso, porque quando tu aprendes uma língua porque tu precisas dela para viajar ou alguma coisa é um interesse, mas quando tu aprendes uma língua por um interesse que é quase tua filosofia de vida aquilo, tu queres aprender muito mais. Então, para mim, a questão de eu ter uma verdade que eu considero ótima, que eu gosto, que eu aprendi muita coisa na igreja, eu tinha aquela ansiedade de passar aquilo para os surdos também. Para além disso, foi para a questão da religião, da igreja” Patrícia (Grupo B).

A benevolência e caridade estão envolvidas na medida em que esse sujeito é o outro que merece assistência. Interessa que esse sujeito seja tutelado para que se aproxime do padrão (ouvinte). Ao “indivíduo a corrigir” – uma das figuras trabalhadas por Foucault (2001) na obra *Os Anormais* – atribuem-se técnicas de adestramento. Nesse sentido, compreendo a prótese auditiva e a oralidade como meio de enquadrar esse sujeito na norma, ou seja, esse sujeito protetizado, oralizado e consequentemente educável. Clotilde defendia a língua de sinais e juntamente com a comunidade surda, divulgava o coral existente na época.

“Para divulgar a língua de sinais a gente monta o coral com os surdos. A gente se reunia, às vezes, lá em casa, discutia a letra da música, quer dizer, demorava uns 6 meses para organizar uma música, mas dava visibilidade para uma coisa que era muito nova e que chamava a atenção das pessoas, que era a língua de sinais” Clotilde (Grupo B).

A maioria dos trabalhos de interpretações eram realizados de forma voluntária. Nina iniciou o contato com surdos ainda criança numa escola regular em que os surdos estudavam em classe especial. Após concluir a Educação Especial em 1997, ela muda de cidade e perde o contato com os surdos.

“Em 2001 fiz um concurso para professora substituta aqui e entrei. Foi aí que me reaproximei da surdez, da língua de sinais, da comunidade surda e aí foi uma aproximação muito maior com a comunidade surda, com a língua de sinais e foi nessa época, entre 2001 e 2003, que eu desenvolvi mais a língua de sinais e comecei a interpretar” Nina (Grupo B).

Em 2008, ela deixa de realizar trabalhos como intérprete. Atualmente ela atua como professora de Libras, em 2017 concluiu o Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Nina iniciou como intérprete na igreja, principalmente. Alguns até compreendiam que a cobrança pela atuação era indevida, desconsiderando a atividade em questão.

“Não ganhávamos nada com isso, não tínhamos nenhuma remuneração” Florinda (Grupo B).

“Como eu tinha amigos surdos, não considerava interpretação, eu estava indo com meu amigo falar que a mulher estava grávida, só que eram em duas línguas diferentes. Para mim, acho que foi fácil aprender língua de sinais porque não tinha essa cobrança de me sentir ‘estou interpretando, preciso saber...’, não!” Patrícia (Grupo B).

Roberto teve seu primeiro contato no início dos anos 2000 quando dois surdos passaram a frequentar suas aulas de informática. Roberto começou a se interessar por Libras, a partir disso insere-se na comunidade surda, passando então a atuar como intérprete. Sobre os trabalhos que realizava, ele menciona:

“Era um auxílio. Quando eu ia, pedia o certificado de que eu havia estado lá, que prestei esse serviço” Roberto (Grupo B).

O ato da caridade atrelada a falta de comunicação mobilizou esse profissional intérprete a mediar relações entre familiares ouvintes e surdos. Conhecida como a primeira intérprete da cidade de Santa Maria/RS, Clotilde passou a atuar em fórum, concursos, provas de vestibular, campanha eleitoral e acabava tendo que mediar situações consideradas inapropriadas.

“Eles não conseguiam conversar com os filhos sobre isso, então tinham outros pais que vinham para mim para eu orientar. Só que eu, na minha profissão, eu não acho, não me acho no direito de fazer isso, principalmente no que se refere a sexualidade porque meus valores são outros. Lógico que posso falar da questão objetiva, do órgão reprodutor, era uma coisa a parte, mas eles queriam valores morais que eram diferentes, discordavam com os meus. Então o que eu fazia era reunião com a família para traduzir essa orientação que a mãe queria dar” Clotilde (Grupo B).

Os primeiros intérpretes de Libras passam a exercer suas atividades principalmente na esfera religiosa. Entre os grupos A e B, três fizeram suas primeiras interpretações na igreja.

“A primeira vez que eu tive que sentar na frente da igreja porque assim, eu tinha amigos surdos, eram amigos que me pediam para falar o que eles estavam falando, ir na sorveteria e pedir o que eles queriam. Eu estava falando com ele ali, mas nos cultos eu sentava do lado dele e fazia um resuminho, eu não sabia. A primeira vez que me disseram, foi nesse curso de formação que eles vinham de Ijuí, eles disseram que eu tinha que sentar na frente, mesmo que seja só um surdo. Então eu lembro que eu sentei lá na frente e aí, sei lá, duas semanas antes, eu pedi para o pastor o texto e glosei todo ele, tinha umas 15 páginas, todo o texto do pastor eu passei para a língua de sinais, escrevi tudo e na hora de sinalizar eu ficava com a folhinha virando e sinalizando tudo que eu tinha escrito, porque eu não sabia fazer de outro jeito, era aquilo que eu imaginava que era certo. Aí eu lembro que eu saí dali e chorei, achei que aquilo não era para mim” Patrícia (Grupo B).

Até a década de 90 não há registros de cursos de formação para tradutores e intérpretes de Libras. No estado do RS, foi a partir de 1997 o primeiro curso promovido pela FENEIS. Durante as entrevistas, 9 entre os 10 entrevistados já fizeram o curso e/ou foram avaliados por bancas via FENEIS entre os anos 90 até 2007. Todos os entrevistados buscaram qualificar sua atuação como tradutor e intérprete.

[...] não havia intérpretes com formação profissional, e os intérpretes estavam quase sempre ligados à instituições de ensino, estas, por sua vez, ligadas a igrejas. Nesse tempo, a relação entre o surdo e os intérpretes era basicamente esta: o intérprete “ajudava” os surdos por acreditar que esta era uma atitude de nobreza e caridade. Os intérpretes eram geralmente pessoas da família dos surdos, professores, participantes de grupos religiosos, que, entre outras coisas, auxiliavam no procedimento de cultos da igreja e acabavam traduzindo/interpretando em várias situações da vida dos surdos (REICHERT, 2012, p. 69).

A Língua de Sinais e Língua Portuguesa movimentam as subjetividades e práticas desses profissionais. O intérprete se encontra na fronteira entre duas línguas, no “entre lugares”, segundo Fleuri (2005). Esses encontros entre mundo surdo e

mundo ouvinte proporcionam novos significados a partir dessas relações interculturais.

O conceito interculturalidade vem sendo utilizado para indicar a convivência entre diferentes culturas com propósito de integrá-las, mas sem anular sua diversidade. Esse conceito refere-se a um campo complexo em que se entrelaçam múltiplos sujeitos e variados contextos sociais. As relações e contextos enfatizados nos processos sociais potencializam a complexidade dos fenômenos humanos e culturais. A interculturalidade traz implicações importantes para o campo da educação.

A noção de interculturalidade, além de expressar a coesão étnica de um grupo social, proporcionando condições para o fortalecimento da identidade cultural, vai também estimular a aquisição do conhecimento cultural de outros povos [...] Das preocupações marcadamente lingüísticas, características da educação bicultural e bilíngue, a interculturalidade passa a considerar o contexto sociocultural [...] (SILVA, 2005, p. 41-42).

Não se trata da relação entre duas culturas (cultura surda e cultura ouvinte) como algo binário e unificado. Compreendendo os diversos contextos e subjetividades envolvidas nesses encontros, Hall (1999, p. 12-13) defende que “[...] o sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas”.

Os movimentos surdos aparecem como práticas militantes e de resistência com diversas possibilidades de construir novos significados. Os encontros entre surdos e ouvintes envolvem representações culturais que se multiplicam e potencializam outros modos de ser desses sujeitos.

Após a compreensão de que a língua de sinais é primordial para o desenvolvimento linguístico da criança surda e compreendendo o método bilíngue como mais adequado para a educação de surdos, passa-se a pensar na formação dos intérpretes que os acompanhavam.

Como dito anteriormente, Quadros (2004) afirma que os intérpretes iniciaram suas atividades no Brasil a partir da década de 80, principalmente no contexto religioso. Os primeiros registros de encontros, promovidos pela FENEIS, ocorreram em 1988 e 1992. Foram o I e II Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais que trouxeram como temática a atuação e ética profissional. De acordo com Russo (2009), esses encontros proporcionaram a discussão e aprovação do código de ética traduzido pelo Ricardo Sander (referência entre os tradutores e intérpretes). O original

foi publicado no ano de 1965 pelo Registry of Interpreters for the Deaf (RID), organização que até hoje qualifica e certifica intérpretes nos Estados Unidos. Sobre a ética profissional, Quadros (2004, p. 31) explica que:

O intérprete está para intermediar um processo interativo que envolve determinadas intenções conversacionais e discursivas. Nestas interações, o intérprete tem a responsabilidade pela veracidade e fidelidade das informações. Assim, ética deve estar na essência desse profissional.

Os encontros entre os que já atuavam e a aprovação do código de ética abrem caminho para a profissionalização. A possibilidade de profissionalização foi surgindo, apesar de ainda muito enveredada para o viés assistencialista, marcado pela deficiência e caridade, desconsiderando o direito linguístico do sujeito surdo.

A tradução e interpretação envolvem o domínio de duas línguas, portanto, os sujeitos ouvintes que eram fluentes em Libras, eram considerados intérpretes. O Coda (ouvinte, filho de pais surdos) usualmente exerciam essa função pelo menos nos meios familiares. Para tais sujeitos, a atuação como intérpretes não se tratava de uma escolha profissional, pois os mesmos começavam a interpretar ligações telefônicas ou negociações importantes desde muito cedo. Por adquirirem a Libras simultaneamente à língua portuguesa, o sujeito Coda tem ótima propriedade linguística das duas línguas.

São nas convivências, no cenário cotidiano, que os sentidos e as operações tradutórias vão sendo exigidas dos sujeitos envolvidos nas relações de grupo, desafiando linguagens e articulando a língua dentro de laços culturais. Os codas, desde a tenra idade, aprendem que nem sempre o princípio de equivalência linguística é possível, trata-se de mundos diferentes e que tornam abissais as diferenças. Sem saber, as crianças codas já se deparam com o território da intradutibilidade dos idiomas com os quais convive (QUADROS; MASSUTTI, 2007, p. 247).

A convivência dos Codas e outros ouvintes, desde bebês, com a comunidade surda possibilita a aquisição da língua portuguesa como língua natural. Nesse processo, simultaneamente, a Libras também se constitui como língua materna e/ou paterna. É um sujeito que devido a convivência intensa com diversos surdos, transita naturalmente entre fronteiras linguísticas e culturais.

Não é a intenção, neste trabalho, apontar o sujeito Coda como um intérprete mais capacitado para atuar, tampouco pretendo dizer que esse sujeito nasceu preparado para trabalhar como tradutor e intérprete da Libras pois adquire a língua simultaneamente com o português. O que entendo ser importante apontar aqui é que

a tradução e interpretação exigida a esse sujeito para situações cotidianas da vida familiar, como a venda de um apartamento ou reunião da escola, por exemplo, já aos 7 anos de idade, talvez produzam uma forma diferente de atuação. Nesse trecho, Clotilde defende que o sujeito que aprende a língua de sinais simultaneamente a língua oral tem mais condições de ser um intérprete.

“Clotilde: A língua de sinais não era algo que nasce, não, não nasce. Depende do ambiente porque muitos surdos não aceitavam e eu achava fundamental os surdos mais velhos aceitarem para os filhos deles se tornarem intérpretes. A gente chamava, não sei se chama ainda, nível A.

Eu: Os filhos de surdos? Agora a gente chama de Coda.

Clotilde: Coda? Por quê?

Eu: É um termo em inglês Children of Deaf Parents que é filhos de pais surdos. C-O-D-A, Coda.

Clotilde: Na época a gente chamava nível A que era um intérprete...

Eu: era um intérprete que tinha mais condições?

Clotilde: Era uma língua natural para eles, entendeu? Eu adquiri, eles não. Isso era primeira língua, no caso. Para um surdo, a língua de sinais é a primeira língua. Envolve uma outra capacidade do que nós que não somos filhos de surdos” Clotilde (Grupo B).

Por muito tempo, a compreensão entre ouvintes e surdos era de que o sujeito Coda possuía habilidade inata para atuar como intérprete, talvez seja por isso que Clotilde refere-se ao Coda como “nível A”. O Coda adquire a língua de sinais e a partir da sua experiência familiar e cultural com as línguas envolvidas, media desde a tenra idade as relações entre ouvintes e surdos, mesmo desconhecendo as técnicas e estudos envolvidos na área da tradução e interpretação. “Muitos colegas de profissão, e até mesmo os surdos, acreditavam e ainda acreditam que, por ter a Língua de Sinais como língua nativa, eu era uma profissional com mais qualificação do que um Tradutor-intérprete que não seja Coda” (SILVA, 2016, p. 40).

O exercício de traduzir e interpretar envolve mais do que somente conhecer Libras e transpor para o Português ou vice-versa. A convivência com surdos e a multiculturalidade são de extrema importância para além da questão linguística e a competência tradutória. A imersão cultural potencializa a ação da tradução e interpretação, contribuindo para a tomada de decisões tradutórias mais acertadas. O Coda, imerso nesse contexto, tem profundo conhecimento dessa comunidade, mas não basta apenas estar imerso, é necessário qualificar sua atuação.

Decorrente da forma como tem se dado a atuação do TILS<sup>24</sup>, a constante discussão sobre seu papel, sua formação, buscando desvincular-se do olhar assistencialista que muitos ainda atribuem ao profissional, o discurso sobre as atribuições, reconhecimento e valorização profissionais tem sido uma pauta constante (LAGUNA, 2015, p. 102).

O reconhecimento dos direitos da comunidade surda e toda legislação vigente atualmente partem de movimentos de surdos, familiares, e intérpretes de todo País. Com isso, os surdos têm tido a oportunidade de estudar com a presença do tradutor e intérprete da Libras na sala de aula, garantindo o acesso ao conteúdo em Libras.

Talvez as políticas públicas que efetivam a formação do tradutor e intérprete de Libras façam a diferença na atuação. Temos modos diferentes de atuação que são significativamente (mas não unicamente) determinados pela maior ou menor aproximação e envolvimento do profissional com a comunidade surda.

[...] antes do agir coletivo, o que mais conta para o ativista é o seu compromisso ético com os outros e consigo mesmo. Tal compromisso ético do ativista implica tanto uma atitude de verdade e coerência consigo mesmo e nas relações que mantém com os outros [...] (VEIGA-NETO, 2012, p. 273).

O militante age conforme o coletivo e, a partir de um conjunto de crenças, hábitos e comportamentos, em busca de um objetivo em comum. A militância se caracteriza através dos diversos movimentos sociais que vem reivindicando o direito a Educação Bilíngue, principalmente. O ativista age de maneira individual, constituindo a experiência de si.

Os sujeitos participantes dessa pesquisa, suas histórias com a comunidade surda, os primeiros encontros, a profissionalização e o envolvimento de cada um produziu a militância. Os militantes produzem e são produzidos pela militância continuamente. A dimensão individual e subjetiva dos processos coletivos está imbricada em cada sujeito entrevistado.

“Às vezes, eu escuto alguns colegas intérpretes dizerem que sem intérprete eles não teriam chegado onde chegaram, não sei! Eu conheço surdos que fizeram graduação e que hoje são muito bem-sucedidos e que fizeram a graduação sem intérprete, mas se não tivessem surdos, talvez eu estaria trabalhando na área da assistência social, em qualquer outra área...acho que é isso, a gente entender que essa comunidade, quando ela vai, ela nos leva. O que a gente pode estar junto com ela e deve estar junto com ela, fica muito bom!” Morgana (Grupo B).

---

<sup>24</sup> Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS).

A militância surge como uma forma de potencializar as subjetividades em torno de objetivos coletivos. As múltiplas subjetividades se articulam em torno de objetivos e fins específicos. Os movimentos surdos foram cruciais para que alguns direitos legais fossem adquiridos.

O ativismo surge como uma via possível de exercer-se como sujeito. Pessoas com histórias de militância buscam através dos movimentos um possível engajamento pessoal que mobiliza a contestação de verdades absolutas. O ativista se envolve não somente enquanto profissional. As possibilidades de ser ativista são ampliadas para além da relação profissional, os intérpretes dedicam-se ao envolvimento com os surdos, uma relação de amizade.

“É da ordem do acontecimento. Eu não sei como que as pessoas não, não é que não se envolvem, eu acho que sem querer, tu estás trabalhando com a pessoa, às vezes tu vai tomar uma cervejinha com ela, tu estar trabalhando com surdo, sem querer, tu tens que ter relações de amizade” Patrícia (Grupo A).

Nesse contexto entendo que a convivência “tête-à-tête” deixou de ser necessária na medida que os cursos de Libras se ampliam, há maior oferta de cursos de extensão e a criação de uma graduação em Letras/Libras – bacharelado em 2008. Os concursos passam a ser ofertados em instituições federais e, com isso, há também profissionais que se relacionam com sujeitos surdos apenas no contexto acadêmico. No capítulo 4, nomeado como “Deslocamentos entre Assistencialismo, ativismo, militância e profissionalização”, procuro problematizar ações de ativismo, militância e a profissionalização do tradutor e intérprete de Libras com o objetivo de investigar como esse profissional vem se constituindo nesse processo.

#### 4 DESLOCAMENTOS ENTRE ASSISTENCIALISMO, ATIVISMO, MILITÂNCIA E PROFISSIONALIZAÇÃO

Cultivar os bons encontros. Aqueles que nos ajudam a nos apartar do efêmero e do contingente para experimentar um gostinho do infinito e do eterno. Criar afectos e perceptos que, como as obras de arte, sejam como experiências de eternidade (SILVA, 2002, p. 56).

A intenção inicial dessa pesquisa era analisar os efeitos da formação em Letras/Libras – bacharelado na subjetividade do tradutor e intérprete. No entanto, conforme já anunciado, ao realizar as entrevistas com os bacharéis em Letras/Libras foi necessário rever o percurso metodológico do estudo, o que resultou na eleição de nova materialidade analítica. As narrativas desses profissionais fizeram-me refletir sobre a formação. Para exercer a função é indispensável que exista um “preparo”, seja ele conquistado via curso de Letras/Libras ou outros cursos que habilitem para a atuação. No entanto, o que mais chamou a atenção durante as entrevistas com o grupo A foi a compreensão de que a formação por si só não é suficiente para a atuação profissional. A intensa convivência com os sujeitos surdos vem validando o exercício dos intérpretes desde quando não havia políticas vigentes para a atuação desse profissional.

Creio que a readequação da materialidade aconteceu quando compreendi a potência da convivência, do encontro. Não um encontro qualquer, “[...] não apenas a reunião ou o ajuntamento de corpos, mas o que acontece aos corpos quando eles se reúnem ou se juntam, sempre sob o ponto de vista de seu movimento e de seus mútuos afectos” (SILVA, 2002, p. 56).

Neste contexto, passei a refletir sobre a proximidade entre surdos e intérpretes e sobre como ela tem se reconfigurado na última década. Antes do reconhecimento da Libras em 2002, os encontros eram intensos e essenciais. A convivência “tête-à-tête”, termo utilizado por Moraes e Veiga-Neto (2008), parte do desejo de estar junto à esses sujeitos surdos. O desejo de adquirir outra língua fez com que muitos Cotas e ouvintes se envolvessem de maneira assistencialista com a comunidade surda. As narrativas demonstram que a profissão se deu por acaso, e não por uma intencionalidade instituída a priori.

“Eu adquiri ao longo dos anos, por estar em convivência com os surdos, uma fluência, mas para além da fluência, uma...como a gente chama... uma, não é empatia, é uma

coisa de intimidade, de confiança com o surdo e por esse motivo eu era chamada para interpretar” Patrícia (Grupo B).

“A minha aproximação com a área da surdez se deu desde que eu nasci, na verdade. Porque os meus pais são surdos e eu fui aprendendo a língua de sinais ao mesmo tempo que fui aprendendo a língua oral” Penélope (Grupo A).

“Quando se estava aprendendo Libras era muito diferente. Não sei se foram os avanços tecnológicos que fizeram isso e eu acho que foi muito influência disso. Hoje tu abres o Google e aparece todos os cursos que você imaginar, acho que aí dá uma boa pesquisa, fazer uma seleção de cursos online em Libras, infinitas versões de cursos em Libras que é possível fazer, mas o contato vejo que é essencial. Todos esses anos que conheço Libras, o contato é essencial, não tem jeito” Florinda (Grupo B).

Em função desse envolvimento, não apenas para adquirir a língua, mas por compreender a importância disso, muitos tornaram-se intérpretes e passaram a militar em prol dos direitos da comunidade surda. “Militante”, segundo dicionário online, é “[...] aquele que milita, defende uma causa; que combate ou luta por algo, que exerce ativamente; que defende ativamente uma causa ou um movimento” (DICIONÁRIO INFOPÉDIA DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2019a, s./p.).

“Meu envolvimento foi sempre muito militante, de defesa... às vezes, até ultrapassando os meus limites, a gente diz que enquanto intérprete, às vezes, ultrapasso o limite porque eu defendo mais eles do que o quanto eu deveria defender minha profissão” Morgana (Grupo A).

“Então eu comecei a acompanhar, eu era um pouco militante da causa e ia em tudo que era encontro, congresso, tinham as associações, a escola Concórdia, FENEIS. Nos 30 anos eles me deram um certificado em comemoração aos 30 anos da Associação, foi em 1987, por aí, a fundação” Clotilde (Grupo B).

Militância compreendida como “[...] prática da pessoa que defende uma causa, buscando a transformação da sociedade através da ação. Quem participa ativamente a favor de um ideal político ou social” (DICIONÁRIO INFOPÉDIA DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2019b, s./p.). Assim, parece-me que o encontro entre surdos e ouvintes é produtivo para ambos. Deleuze (1998) discute em suas obras a experiência do encontro. O encontro como mistura de subjetividades que se reinventam, essa experiência que pode ser boa ou ruim, marcante ou não, nesse movimento os afetos emergem e produzem novos significados. Para Silva (2002, p. 54), “[...] a potência de agir. É esse o critério para determinar se um encontro é bom ou não”.

“Se eles não progredirem, se não avançarem, a gente não avança. Não tem porque a gente estar fazendo uma graduação se a gente não tivesse que estar interpretando para um surdo que já fez a graduação ou que vai fazer a pós-graduação. A gente tem que andar de mãos dadas e não só uma questão de ‘ter’, como obrigação, não. É uma questão de ver o horizonte, correr atrás e correr atrás junto com eles” Morgana (Grupo A).

“Segunda a domingo, passei a conviver bastante com surdos. A gente conversava muito, trocava muitas ideias” Roberto (Grupo B).

O envolvimento com a comunidade surda faz parte do investimento na qualificação do tradutor e intérprete. A competência comunicativa, ou seja, a habilidade de se comunicar em outra língua, é adquirida com a convivência, mas é a competência tradutória que qualifica o ato da tradução e interpretação. Essa competência envolve um conjunto de conhecimentos e habilidades que diferenciam o profissional de outros sujeitos que possuem apenas a competência comunicativa. O fato de ser bilíngue reforça a escolha profissional, no entanto, para ser tradutor e intérprete de Libras é necessário qualificar a atuação.

Dentro de uma racionalidade de governo neoliberal, que no Brasil se fortalece entre o final do século XX e início do século XXI, temos a emergência das políticas de inclusão escolar, quando passamos a ver o investimento do Estado na produção da inclusão como uma verdade, o que culmina, como indica Lopes e Fabris (2013) em um imperativo inclusivo. A partir desse imperativo produzimos um modo de vida em que ninguém deve ficar fora das tramas de consumo, produção e concorrência, tramas essas que pressupõe como já indicado, um sujeito autocentrado e subjetivado ao auto-investimento permanente.

Hoje temos a obrigatoriedade de matrícula de todos em idade de escolarização, entre 04 e 17 anos, na escola comum. Nesse contexto a comunidade surda vem lutando para manter as escolas de surdos como espaços reconhecidos de escolarização. Entre os argumentos defendidos pela comunidade encontra-se a centralidade da Libras no processo de constituição de um sujeito surdo que se perceba pertencente a uma cultura própria, o que necessariamente precisa ocorrer entre pares.

Nessa lógica, tomo os investimentos feitos pelo Estado para garantir sua presença nas escolas comuns como estratégias de captura da comunidade surda via racionalidade neoliberal. É fato inegável que tais investimentos garantem para os surdos conquistas de direitos extremamente importantes, mas também entendo que esses mesmos investimentos acabaram por produzir um esmaecimento das lutas

surdas em alguns aspectos, como por exemplo o fato de que os professores surdos que se formaram no Curso de Letras/Libras estejam em sua maioria atuando em instituições de ensino superior e não em escolas de surdos<sup>25</sup>.

Alguns profissionais se destacam pela questão do envolvimento com a comunidade surda. Sobre ativismo, Veiga-Neto (2012, p. 274) compreende que é um processo individual, “[...] um compromisso ético com os outros e consigo mesmo [...]”, mantendo permanente reflexão com reajustamentos constantes sobre suas ações e pensamentos. O autor afirma que ativismo e militância são conceitos diferentes, mas sem intenção de fazer juízo de valor, pois para Veiga-Neto (2012, p. 274) o sujeito “[...] pode se comportar ora mais como um militante, ora mais como um ativista, dependendo das estratégias que queira ou precise adotar em razão de seus propósitos políticos”. Sendo da ordem do coletivo, a militância confere a ação da comunidade surda em que seus participantes buscam objetivos em comum, tais como a língua de sinais principalmente.

A militância pode ser compreendida como um conjunto de ações coletivas que seguem um ideário comum, partilhado e assumido pelos membros da coletividade que, no caso, se constituem como uma comunidade. Não cabe aos militantes ficarem questionando continuamente o ideário que norteia suas ações; eles devem é seguir, junto com seus pares, as ações e os preceitos já desenhados por alguns poucos (VEIGA-NETO, 2012, p. 273).

O ativismo pode vir a ser a “[...] transformação da realidade por meio da ação prática. Defesa de uma causa ou da transformação da sociedade por meio da ação e não da especulação” (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2019, s./p.). Para Veiga-Neto (2012), o ativismo tem a ver com a ação individual, como o produto do encontro significativo, um bom encontro, uma “experiência de eternidade”.

No ativismo, a situação é diferente: trata-se também de um conjunto de ações, mas agora não é a dimensão coletiva que interessa em primeiro lugar; antes do agir coletivo, o que mais conta para o ativista é o seu compromisso ético com os outros e consigo mesmo. Tal compromisso ético do ativista implica tanto uma atitude de verdade e coerência consigo mesmo e nas relações que mantém com os outros, quanto a sua permanente reflexão e contínuos reajustamentos que devem proceder em razão de um ininterrupto cotejamento entre os seus pensamentos e as suas ações (VEIGA-NETO, 2012, p. 273).

---

<sup>25</sup> Esses dados estão detalhados na dissertação da pesquisadora Cláudia de Arruda Sarturi, intitulada “Cultura e identidade surda no discurso curricular e seus efeitos na docência de professores formados no curso de Letras/LIBRAS - Polo UFSM”, concluída no ano de 2013 (Citada nas referências ao final dessa pesquisa).

Acredito que a militância e ativismo se completam, pois para Veiga-Neto (2012, p. 273): “Enquanto a militância é necessariamente coletiva, o ativismo é acentuadamente individual”. Todos os entrevistados mencionam a importância da convivência para adquirir a Libras, mas nem todos se consideram ativistas.

“A gente tem que andar de mãos dadas porque eles sem a gente não vão evoluir (entre aspas) porque eles evoluem, são bilíngues, eles leem, eles se viram, mas se não tiver surdo? Não tem função, o intérprete não tem função, a gente tem que andar de mãos dadas, a gente tem que entender que todo progresso que a comunidade surda faz é um progresso para a comunidade de intérpretes” Morgana (Grupo A).

“Eu acho bem importante, enquanto profissional, tradutora e intérprete de Libras se envolver nesses movimentos, mas principalmente, a inserção na comunidade surda, não sei se como ativista, mas de alguma forma se inserir para poder ter essa apropriação do que é, como funciona esse grupo, afinal de contas. Até por uma questão de língua, mesmo, conhecer a língua na informalidade, de uma outra forma de uso da língua que não é uma forma mais rígida, acadêmica, enfim... acho que qualifica o trabalho da gente” Cintia (Grupo A).

A Victória afirma que se envolveu com a comunidade para aprender Libras, mas após assumir concurso público, especializar-se na área, investindo na pós-graduação, seu envolvimento passou a se restringir ao ambiente acadêmico. Da mesma forma, Adelaide afirma participação ativa como intérprete na criação de leis na cidade de Guaíba, mas atualmente mantém contato com os surdos principalmente no ambiente acadêmico.

“No momento que eu entro na universidade para atuar como tradutora/intérprete, eu tenho a impressão de que eu me institucionalizei, principalmente aqui, onde tu só és chamada para atender demandas. Tu só tens que ir lá, estar na reunião, interpretar e tchau... e era isso. Fim de semana daí eu tenho que dar conta das minhas questões, da minha formação e tudo” Victória (Grupo A).

“No momento, meu ativismo é minha casa, risos. É que eu estou num contexto bem específico. Depois quando acabar minhas férias e eu voltar a trabalhar, pode ser que as coisas mudem, risos” Adelaide (Grupo A).

Entre os grupos A e B, todos iniciaram como intérpretes antes do reconhecimento da Libras. Nesse contexto, as narrativas trazem como recorrente a necessidade de convivência com sujeitos surdos para a apropriação da Libras.

“Eu acho que o contato com a comunidade, com o surdo, a convivência com os surdos aprimora a língua, aprimora o conhecimento, te estreita os laços e você conhece o

surdo e conhece os seus pormenores, as nuances da língua, entendeu? Aquelas gírias...é o fio condutor e tem que existir entre surdos e ouvintes” Florinda (Grupo B).

“Não estou lá na Associação, mas por exemplo, tenho um chá de bebê agora sábado de uma amiga surda, ontem uma amiga precisou de uma ajuda, eu fui lá...às vezes eu nem lembro que ela é surda. Isso é estar na comunidade, mas não é um ‘vamos a comunidade!’ Quando se institucionaliza isso, acho que perde o caráter da espontaneidade” Patrícia (Grupo B).

“Eu acho que sim, o profissional está sempre envolvido porque a gente está aí fazendo toda a mobilização com os surdos, muitas vezes, conscientizando eles da necessidade dos direitos que eles têm, então sim, meu envolvimento foi sempre muito militante, de defesa” Morgana (Grupo A).

A aproximação entre surdos e intérpretes vem alterando a organização da comunidade surda. O caráter assistencialista dado a função vem se modificando a partir da emergência de políticas inclusivas e do decorrente reconhecimento da Libras, o que opera efeitos na produção de modos de ser tradutor e intérprete.

O processo de profissionalização dos tradutores e intérpretes ocorre simultaneamente com os movimentos surdos. A convivência com sujeitos surdos parece que validou a profissionalização.

“Domingo eu interpretava, sábado eu dava lição em Libras então, a língua, num momento era eu a emissora e noutra momento era o pastor, mas às vezes era o mesmo assunto, então eu morria de vontade de me meter, de dar opinião. No sábado a gente se encontrava com todos os surdos, aí domingo eu era intérprete. Durante muito tempo, eu misturei os papéis. Às vezes eu estava interpretando e eu dizia parênteses: ‘isso que o pastor falou, lembra ontem que a gente conversou sobre isso?’ Meio que conversava um pouco e daí voltava a interpretar. Sabe o que eu fiz? Eu achava que o surdo não ia entender, sei lá, o cordeiro divino...ah, não! Eu explicava total. Muito eu expliquei e não interpretei. Hoje, obviamente, eu consigo entender que naquela época era diferente. Talvez hoje uma pessoa com 14 anos que tem uma imersão na língua de sinais já vai ter outros recursos para entender o que é, mas na época, não tinha” Patrícia (Grupo B).

“Fiz cursos de Libras básico, intermediário e depois o curso de extensão. Era dito em aula a questão da vestimenta, tudo era dito em aula, no curso da escola, principalmente” Roberto (Grupo B).

A convivência e envolvimento com a comunidade aproxima ouvintes e surdos que buscam conquistas em comum. Esse envolvimento se dá de tal forma que Clotilde aprende língua de sinais num momento em que era proibida; ajudou na criação da Associação de Surdos de Santa Maria (ASSM) e esteve junto à comunidade surda de

forma ativista. Roberto foi procurado para ser professor de Informática, se envolveu ao ponto de ser chamado para interpretar em várias demandas que surgiam nessa comunidade, sendo que atuou de maneira voluntária muitas vezes. Patrícia e Nina iniciam suas primeiras interpretações na igreja. Nina participou da inauguração da escola para surdos em Santa Maria e da fundação da Associação Gaúcha de Intérpretes de Língua de Sinais (AGILS). Florinda esteve envolvida com os surdos após ingressar no Curso de Educação Especial. Foi até Brasília reivindicar o reconhecimento da Libras e ajudou a fundar a Central de Intérpretes que existiu no início dos anos 2000.

“Eu comecei a trabalhar na Pastoral junto com outra intérprete e ela já trabalhava, já tinha uma caminhada muito maior, aprendi com ela. Depois eu participei também da fundação da AGILS, daquele processo todo. Então até ali eu vinha atuando mais forte, digamos assim. A construção dessa parte mais ética e comportamental de interpretação foi entre os pares” Nina (Grupo B).

“Passamos a ter o primeiro movimento que foi em 2002, a primeira passeata que foi em Porto Alegre para a oficialização da Libras. São 17 anos de Libras e a gente vai vendo o quanto a gente lutou para chegar hoje com essa questão da Libras, desse contexto que está hoje. Então a gente foi na passeata, com direito a bandeiraço, reivindicação... luvas! Na época a gente usava luvas para representar nossas mãos. A comunidade surda de Santa Maria foi para mim meu berço” Florinda (Grupo B).

As primeiras narrativas provocaram em mim o desejo de pensar sobre o envolvimento, os encontros entre surdos e intérpretes que instigam ações militantes e ativistas com a comunidade surda. Cintia tinha um vizinho surdo quando era adolescente, mas foi aprender língua de sinais após ingressar na escola para substituir a professora de Artes que estava em licença-maternidade. O contato se intensificou, ela passa atuar na FENEIS e esse envolvimento permanece até os dias de hoje. Florinda diz que ainda se relaciona com sujeitos surdos e de alguma forma busca divulgar a língua. Atualmente Florinda é professora visitante na área de Educação Inclusiva e Libras na Universidade de Brasília (UNB).

“Já fui diretora-gerente na FENEIS, no escritório da FENEIS, tenho inserção na Sociedade dos Surdos. Tinha amigos surdos, saía a beber com surdos, sei lá. Participei muito ativamente de toda a construção da oficialização da Libras em Porto Alegre...tenho bastante inserção politicamente até hoje. Inclusive na atividade que hoje desempenho que é na coordenação do núcleo de inclusão e acessibilidade, a gente procura a FENEIS, procura a comunidade surda” Cintia (Grupo A).

“Eu sempre procuro estar exercitando, tanto é que eu também aqui em Brasília, dou essa disciplina de Libras. Enquanto política pública também falo de Libras, dou aulas práticas também, o básico até o intermediário” Florinda (Grupo B).

Num momento em que a graduação em Educação Especial ainda não ofertava a disciplina de Libras, eram os surdos mais velhos e experientes com língua de sinais que selecionavam os ouvintes que se tornariam intérpretes. Além disso, ministravam cursos de Libras, conduzindo a atuação dos intérpretes no que diz respeito especialmente à vestimenta, adereços e postura no momento da interpretação. Roberto diz que a Associação de Surdos de Santa Maria trabalhava em parceria com a Central de Intérpretes direcionando os profissionais para atender as solicitações. As narrativas desses profissionais fizeram-me pensar sobre meus primeiros contatos e o quanto nossas histórias se entrelaçam.

“Na época também era proibido ensinar para ouvintes a língua de sinais, eles não aceitavam, não queriam perder o domínio da língua. Eu não ensinava! Se alguém se interessava eles ensinavam” Clotilde (Grupo B).

“Chamamos um surdo da Associação e ele vai para a igreja, dá o curso para nós durante um ano e pouco e ele começou a dizer o que podia e o que não podia, talvez porque é um surdo, né? A gente acha que não, mas todo meu processo formativo foi com ouvintes. Quando um surdo me diz o que podia fazer ou não, ele trazia fita de VHS, videocassete que tinha da FENEIS e passava para nós e aí sim acho que fui significando de outra forma meu fazer” Patrícia (Grupo B).

“Foi mais uma questão dos surdos mesmo. Não vou saber te dizer assim, exatamente como isso foi estabelecido, não me lembro, mas a gente sempre usava preto, sempre se posicionava, tinha isso, isso já existia, entendeu?” Nina (Grupo B).

“O contato era feito com a Associação de Surdos e a Central colocava os intérpretes para atuar” Roberto (Grupo B).

“Esse posicionamento foi construído através do curso da FENEIS e pela comunidade surda de Santa Maria, pelos surdos, eles nos cobravam! A comunidade era quem nos conduzia, se eles não gostavam da nossa interpretação, eles falavam. Não havia o menor constrangimento de avacalhar e dizer ‘você não está apta ainda para fazer determinados trabalhos’. Essa avaliação também a gente tinha. Com isso, tinha o ônus e o bônus. A gente ficava se sentindo um pouco ruim porque afinal estava ali aprendendo, era um processo novo, mas na época a gente se sentia assim, mas hoje percebo o quanto foi importante porque a gente errava e procurava o erro. Seu estou errando tenho que procurar cada vez mais aprender para começar a entender e não errar de novo” Florinda (Grupo B).

Os sujeitos dos grupos A e B tinham forte envolvimento com a comunidade surda, seja pelo viés religioso ou educacional. Talvez o reconhecimento da Libras e o Decreto 5.626/2005 tenham provocado o desejo de qualificar-se como tradutor e intérprete. Essas ações resultam na profissionalização, modificando os modos de se relacionar. Clotilde, Florinda e Roberto mencionam que o envolvimento era intenso, eram poucos ouvintes fluentes e a demanda de interpretação era enorme.

“Era uma coisa de dedicação mesmo porque era muita demanda e eu nunca consegui acompanhá-los nas aulas, por exemplo. Quando começam outras pessoas eu paro. Já tinham umas quatro pessoas, aí eu paro de interpretar em 1995 mais ou menos” Clotilde (Grupo B).

“Nós íamos para a comunidade e aonde nós víamos que o sujeito da comunidade precisasse de nós, estávamos lá como intérprete para atuar. Não ganhávamos nada com isso, não tínhamos nenhuma remuneração, era uma troca. Estávamos ali para aprender a língua deles e se apropriar” Florinda (Grupo B).

“Fiquei quatro dias, manhã, tarde e noite interpretando sozinho durante um seminário sobre inclusão porque ninguém podia. Eram poucos intérpretes e estavam todos ocupados, eram muitas demandas” Roberto (Grupo B).

Nesse período, a maioria dos profissionais buscava os cursos de Libras onde os professores surdos direcionavam as ações dos intérpretes e/ou buscavam as bancas ofertadas pela FENEIS, as quais certificavam os profissionais. Não havia formação em nível superior e as discussões sobre técnicas e estratégias de interpretação eram mínimas.

Os movimentos surdos foram tomando forma e, com isso, muitos direitos foram adquiridos. O ensino da Libras passa a ser exigência em escolas e universidades (área educacional). A demanda de concursos para atuar no Ensino Superior desperta o interesse dos intérpretes. Nesse momento, já não bastava o envolvimento com os surdos, era necessário obter qualificação profissional. Sendo assim, buscando estabilidade profissional, muitos sujeitos que atuavam informalmente, procuram a graduação em Letras/Libras – bacharelado. A pretensão por essa formação era idealizada, pois supriria a demanda crescente de surdos nas instituições federais que vem se instituindo a partir do Decreto 5.626/2005 (BRASIL, 2005).

Em História da Sexualidade 3: O Cuidado de Si, Foucault (2002) trabalha a partir de conceitos como as técnicas de si e a estética da existência. Tais práticas visam uma transformação das relações que constituem a vida, a existência, a partir

da compreensão sobre como conduzir a própria vida de modo tão belo que possa ser entendido como obra de arte, uma estética que possibilita modos de ser diferentes, coletivos ou individuais.

Os tradutores e intérpretes de Libras direcionam suas práticas singularizando a convivência como forma de qualificar sua atuação. Dessa forma, o intérprete estabelece a estética de si ao assumir práticas que tornam a vida mais bela, constituindo a si mesmo como alguém preocupado com uma conduta moral e ética. Nesse sentido, a ética consiste, para Foucault, no direcionamento da própria subjetividade reflexiva para si visando formas de se reinventar, de elaborar a própria vida de tal forma que seja considerada uma obra de arte.

Numa estética da existência, o sujeito pensa sobre si refletindo e colocando em dúvida os modos como essa existência se constitui, em meio as relações entre surdos e ouvintes. Esse processo em que os sujeitos foram se apropriando da língua de sinais através do convívio com os surdos constituindo assim outros modos de se relacionar. Com isso, as relações de amizade entre intérpretes e surdos se deslocam para relações profissionais e vice-versa.

“Só queria que ficasse registrado que quando tem que interpretar, meu Deus, eu sou intérprete, só. Visto a identidade do surdo ou do ouvinte e é isso. Fora disso, eu tenho amigos surdos que eu passo essa língua e não penso que estou interpretando, dou minha opinião. Ontem uma surda me perguntou se poderia...eu disse: ‘tem que fazer isso!’, eu mandei, como eu falo para minha amiga que é ouvinte. Quando a gente coloca no surdo essa responsabilidade, o surdo é isso, o ouvinte é isso, o intérprete é isso...não! Na minha relação de trabalho, se eu tenho alguém que estou no momento de interpretação, ok. Para fora disso, não!” Patrícia (Grupo A).

“Como eu tenho uma proximidade muito forte com a comunidade, acho que é difícil a gente afastar esses problemas quando a gente encerra aquele turno de trabalho, enfim, aquela situação. A mesma coisa, na área médica, a área da saúde... nem sempre são momentos, por exemplo, de um nascimento de uma criança, que é muito feliz, né? Acho que o fato de trabalhar já há muito tempo na área da educação, me faz sentir mais segura e gostar mais dessa área e como eu sempre digo, a área das humanas” Morgana (Grupo B).

Alguns intérpretes se envolvem de tal forma com os surdos que em alguns contextos de atuação exigem mais do ofício. A área de humanas é considerada mais segura, pois os intérpretes não costumam lidar com situações de extremo estresse como na área da saúde. O relato de Morgana me faz refletir sobre como esses encontros entre surdos e intérpretes são potentes. Da mesma forma, o cuidado de si

não indica apenas um cuidado geral, mas abrange cuidados específicos. O cuidado que se tem consigo, com a família, amigos, os surdos, tudo qualifica a conduta de si.

As políticas implementadas para que os surdos pudessem acessar o Ensino Superior através da Libras e todas as ações voltadas para os surdos abrem discussão sobre a atividade de interpretação exercida até então de forma assistencialista. Após a estabilidade obtida pelo profissional quanto a atuação em instituições federais, percebe-se que o envolvimento com os surdos atualmente tornou-se uma escolha.

Nesse sentido, os intérpretes que se envolvem com os surdos por uma escolha de vida, e não apenas profissionalmente, estão estabelecendo a estética de si, conduzindo suas práticas de forma a tornar a vida como obra de arte.

#### 4.1 O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO

A formação em Educação Especial com Habilitação em Deficientes da Audiocomunicação ofertada pela UFSM é a graduação de 2 entre os 10 entrevistados. A Patrícia também tem a formação em Educação Especial, mas com habilitação em Deficientes Mentais. O grupo B é composto por sujeitos que atuaram em Santa Maria antes do ano de 2002. A cidade é uma das poucas em que há uma universidade que oferta o Curso de Graduação em Educação Especial no País.

Esse Curso tem formado recursos para atuação na área de educação especial há mais de 40 anos. A partir da constatação de que os sujeitos surdos necessitavam de atendimento pedagógico, a UFSM passa a capacitar profissionais para atuar. Em 1974 foi instituído o Curso de Pedagogia com habilitação em Deficientes da Audiocomunicação. Em 1976 passou a existir a Educação Especial – licenciatura curta, até que em 1984 a Educação Especial se divide em habilitações (Surdez e deficiência mental). Foi assim que no ano de 1993 o NEPES passa a existir e o CACEE extinto. Clotilde conta que nesse período houve um processo administrativo para que ela e outros colegas deixassem de atuar no CACEE e fossem remanejados para outros setores.

“A alegação era de que o CACEE iria se transformar em núcleo de pesquisa e que não precisava mais de técnicos de outras áreas a não ser Educação Especial. O processo administrativo foi horrível porque eles alegavam outras coisas. Eles não aceitavam o fato da gente ter essa convivência e nunca se propuseram a aprender Libras também. Aí eu me afasto do CACEE, mas eu continuo na convivência com eles e depois eu vou para outras áreas e aí já tinha outras intérpretes, começa a surgir

outras. Lembro que fizeram uma prova da FENEIS e aí eu vou me afastando, vou para outros setores. Então eu me afasto, não da comunidade porque tenho contato com eles até hoje” Clotilde (Grupo B).

“Nesse tempo, em 1998, a gente não falava ainda de Libras, não falava de comunidade surda. Se falava sim, que o surdo precisava ouvir e o curso tinha esse foco, tanto é que a gente tinha aula na área da fonoaudiologia. A gente não tinha esse foco de Libras ou qualquer outra coisa assim” Florinda (Grupo B).

Com a constituição de toda uma rede discursiva que produz as políticas voltadas para a inclusão dos surdos e que proporcionam, especialmente em Santa Maria, a aproximação dos alunos da Educação Especial com a comunidade surda, vimos a Libras se fortalecer. Mesmo não havendo a disciplina de Libras na matriz curricular do Curso, o imperativo da inclusão mobiliza muitos egressos da Educação Especial – UFSM ao encontro dessa língua e da comunidade surda.

Algumas recorrências durante as entrevistas com o grupo B indicam a compreensão de que o Curso de Educação Especial da UFSM formava o tradutor e intérprete de Libras antes da Libras ser reconhecida. O fato é que os egressos do Curso buscavam contato com os surdos justamente para ter oportunidade de adquirir a língua de sinais. Desde os primeiros semestres, os acadêmicos inseriam-se em cursos de Libras, na escola para surdos e na associação de surdos. A aproximação entre os sujeitos em questão traz à tona o reconhecimento de que a língua de sinais é uma necessidade para a comunidade surda. Havia a concepção de que a Educação Especial primava pela oralidade e reabilitação auditiva do sujeito surdo, no entanto, os primeiros contatos entre acadêmicos e os sujeitos surdos já demonstram que as práticas educacionais priorizam a língua de sinais.

A Educação Especial produz novos conceitos e técnicas de reeducação e reabilitação, ao mesmo tempo em que constitui outras formas de sujeitos. Os encontros e a aquisição da Libras pelos estudantes do Curso propiciam ações que beneficiam a comunidade surda. Florinda e Roberto comentam que havia uma Central de Intérpretes em Santa Maria formada por acadêmicos do Curso de Educação Especial.

“A primeira central de intérpretes de Santa Maria, era um grupo novo, um grupo nosso de estudantes desse mesmo curso, Educação Especial” Florinda (Grupo B).

“Fui convidado para ir na Associação onde foi realizada uma reunião para me incluir na Central de Intérpretes. Já era sócio da Associação, mas eu lembro que gerou uma

discussão muito grande entre o presidente da Associação de Surdos de Santa Maria e a coordenadora da Central porque segundo a coordenadora eu não tinha formação, não tinha formação na área e que eu não poderia interpretar. Os surdos quiseram muito, porque haviam poucos intérpretes e muitas demandas que as pessoas da Central não conseguiam atender. Aí a coordenadora conversou comigo, acabou cedendo porque era um desejo dos surdos que eu fizesse parte dessa Central. Todas as interpretações que surgiam, era a Associação, através da central dos intérpretes, que deliberava” Roberto (Grupo B).

Creio que esse curso foi assumido como um curso de formação de intérpretes porque havia confusão sobre a atuação do professor e do intérprete, também por serem escassos os cursos de formação existentes. Os cursos de extensão e bancas promovidos pela FENEIS eram insuficientes para habilitar intérpretes.

“O que eu percebo é que tanto na docência da Libras quanto na interpretação, é um primeiro espaço (eu acho) que as pessoas percebem as profissões. Acho que a Educação Especial serve como um primeiro caminho para mostrar essas outras profissões e talvez desperte o desejo de ir além. Talvez as pessoas acabam desviando da Educação Especial e indo para construir uma carreira na Libras. Eu vejo assim. Se tu fores analisar hoje o número de intérpretes e de docentes de Libras, se fores ver a formação deles, a grande maioria é da Educação Especial, mas eu penso que a Educação Especial não interfere na formação dessa profissão até porque não oferece condições para isso, mas ela desperta, eu acho. Eu vejo como uma ponte assim” Nina (Grupo B).

A Educação Especial com habilitação em Deficientes da Audiocomunicação se apresentava como a formação adequada, pois eram os surdos que seriam atendidos diretamente por esses profissionais. Nesse período ainda não havia a disciplina da Libras no currículo. Quem optava pelo curso também buscava maior aproximação com a comunidade surda.

“Eu chamo de currículo oculto, como eu chamava na época, pelos professores, pela época de transformação que a gente estava vivendo se falava bastante em língua de sinais, estávamos começando a discutir a questão da surdez cultural e tal...isso me chamou bastante a atenção e a gente começou o contato com a comunidade surda durante a faculdade. Mais ou menos em 1995 a gente já se aproximou, tínhamos instrutores surdos que davam aulas de língua de sinais e foi por aí que começou minha aproximação com a Libras, foi durante o curso de Educação Especial, mais ou menos no ano de 1994, 1995” Nina (Grupo B).

As entrevistas com o grupo A também evidenciaram os conflitos de atuação antes da produção de políticas voltadas à inclusão dos sujeitos surdos. Devido ao

intenso convívio com os surdos, os laços de amizade se confundem com a profissionalização.

“Depois que eu vim morar em Pelotas que foi em 2001, eu descobri a profissão de intérprete porque até então eu não conhecia essa profissão, esse profissional, esse sujeito que fazia isso de uma forma profissional. Cheguei em Pelotas em 2001 e em 2001 mesmo já comecei a trabalhar como intérprete sem certificação e era uma coisa que me angustiava muito” Morgana (Grupo A).

Nos grupos A e B existem intérpretes que iniciaram sua atuação profissional como professores. No grupo A, Victória e Cintia se aproximaram dos surdos pelo viés da docência, surgindo então o interesse pela área de tradução e interpretação.

“Eu venho bem dessa vertente, dos professores que acabaram se tornando intérpretes. Sou bem dessa vertente... eu não tenho familiar, não tenho nada disso, foi assim que eu comecei na área da surdez. Depois os alunos da escola em que trabalhava começaram a ir para a ULBRA e a gente, de início, fazia trabalho voluntário na ULBRA. Até depois começaram a contratar intérpretes” Cintia (Grupo A).

“Eu já atuava em escola e migrei da escola regular para a escola de surdos e foi uma passagem lenta porque naquela época não tinha internet, a gente não tinha smartphone, por exemplo, para ficar olhando os sinais. Aplicativo não tinha. Então eu tinha que comprar umas revistas, eu me lembro que eu comprava umas revistas que tinha língua de sinais. Não lembro que revistas eram” Victória (Grupo A).

Cintia se considera bastante envolvida com a comunidade surda. Victória acredita que seu envolvimento já foi mais intenso quando trabalhava em escola para surdos. Morgana deixa claro que o envolvimento continua, embora muitas conquistas já tenham sido alcançadas. No grupo B, Nina conta que no ano de 2008 passou num concurso para professora, mudou-se para outra cidade. Desde então deixou a área de tradução e interpretação, hoje sente muita falta do envolvimento que tinha com os surdos.

“Quando eu estava mais na escola, eu me sentia mais atuante. Aqui na universidade a gente fica muito nessas questões e também pela etapa de vida” Victória (Grupo A).

“Acho que já estive mais envolvida. Talvez hoje em dia eu esteja menos envolvida, mas eu acho que é porque já teve muito mais lutas e hoje existem menos lutas, não é a questão do meu envolvimento. Por mais que a gente saiba que muito já se conquistou, falta muita coisa. O envolvimento existe, hoje menos porque algumas coisas já estão postas, mas acho que ainda nem tudo que eles desejam estão do jeito que eles querem” Morgana (Grupo A).

“Sinto muita falta [*se emocionou*]. Fico em Santa Maria muito pouco. Tem horas que me dá vontade de chorar, sinto muita saudade. Foi uma época muito boa e eu sinto muita falta” Nina (Grupo B).

Delinee os questionamentos direcionados ao grupo B buscando investigar como as bacharelas em Letras/Libras haviam se subjetivado para a função e por que teriam buscado essa formação.

“Antes de ter essa formação, eu fiz um curso de intérpretes pela FENEIS no ano de 2000 e já atuava. Só que não tinha graduação ainda. Quando surgiu a graduação na área e se tratando também de ensino público, me interessou mais ainda e eu fui fazer” Penélope (Grupo A).

“Tinha aquela história que quem trabalha em graduação, tem que ter graduação e eu não tinha nenhuma formação anterior. Eu precisava ter uma formação. Naquela época, para pagar a graduação não era tão simples, ainda mais morando sozinha, pagando contas e sustentando a casa. Então quando veio o Letras/Libras fechou todas! Uma graduação na nossa área e de graça. Perfeito!” Adelaide (Grupo A).

“Quando eu cheguei na escola, vi que existia muito essa demanda de tradução e interpretação. Era uma demanda que não era atendida e que eu precisava saber mais interpretar e traduzir para dar boas aulas para os meus alunos. Na verdade, eu também chego no Letras/Libras buscando também uma afirmação porque eu sentia um déficit na minha trajetória e eu disse: eu preciso me qualificar para estar aqui. Antes do Letras/Libras eu fiz o curso de formação de tradutores/intérpretes em 2007” Victória (Grupo A).

O intérprete, anteriormente guiado pelos surdos no que diz respeito à sua função, passa a ser guiado pelos processos de profissionalização. A partir de todo um conjunto de políticas em que o reconhecimento da Libras, o Decreto 5.626/2005 (BRASIL, 2005), o reconhecimento do profissional através da Lei 12.319/2010 (BRASIL, 2010) e a LBI (BRASIL, 2015), esses sujeitos passam a ser conduzidos em busca de qualificação. Victória atuava como professora, mas buscou o Curso de Letras/Libras com o objetivo de ser reconhecida pela função de intérprete.

“Na época era mais uma necessidade de me afirmar na área. Eu senti essa necessidade, me sentia muito nova, muito sem experiência em língua de sinais. Então pensei: ‘preciso fazer os cursos todos que aparecerem, eu preciso estar em todas as palestras, eu preciso estar em contato com todo mundo porque eu quero saber fazer isso” Victória (Grupo A).

Morgana afirma que a formação em Letras/Libras se apresentava como a oportunidade de pensar sobre a atuação que já exercia.

“Acho que a maioria da turma já tinha experiência como intérprete e a gente começa a entender o uso da língua. Por que a gente faz? Por que aquela escolha não é tão adequada? Por que a outra escolha é melhor? Então, acho que a minha busca foi por estar num espaço onde eu não me sentia apta a estar, né? Tinha o ensino médio e estava interpretando em vários cursos de graduação e aquilo me angustiava muito” Morgana (Grupo A).

Para a qualificação do projeto de Mestrado, foram eleitos como materialidade os PPPs do curso de Letras/Libras do ano de 2008 e 2009), mais especificamente o PPP do curso presencial e à distância da UFSC e o Edital de processo seletivo da UFSC do ano de 2008. O objetivo principal ao selecionar os projetos políticos pedagógicos da UFSC como materialidade se justificava por ser a instituição de origem do curso de Letras/Libras.

A UFSC foi a instituição que, juntamente com o Ministério da Educação, idealizou o curso de Letras/Libras. Segundo consta no portal da universidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2018a), o curso foi implantado na modalidade à distância para atender às demandas da inclusão das pessoas surdas na educação, conforme as determinações legais que englobam O Decreto nº 5.296/2004 (BRASIL, 2004), a Lei que oficializa a Libras 10.436/2002 (BRASIL, 2002) o Decreto 5.626/2005 (BRASIL, 2005) entre outras determinações legais que vão ao encontro da acessibilidade educacional da comunidade surda.

Conforme os PPP's do curso da UFSC, a demanda do Letras/Libras vem ao encontro da necessidade de oportunizar aos surdos maior participação no Ensino Superior (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2018a). Aos intérpretes, a formação atende a exigência do Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005) e da Lei de Acessibilidade nº 10.098/2000 (BRASIL, 2000) garantindo à pessoa surda o direito de ser acompanhada pelo profissional tradutor e intérprete em todas as esferas sociais. Assim, é possível analisar que as políticas de inclusão, instituídas como uma grande verdade da contemporaneidade, produzem a necessidade de um saber específico voltado à qualificação das pessoas que atuavam há muito tempo de maneira informal na função de tradutor e intérprete de Libras.

A proposta do oferecimento na modalidade à distância apresentou um cunho multiplicador. O objetivo da formação desses profissionais em vários estados do Brasil garantiria a multiplicação de formadores em todo território brasileiro. Esta área, por ser nova, não contava ainda com profissionais suficientes para seu desenvolvimento (QUADROS; STUMPF, 2015, p. 10).

O Edital de ingresso ofertado em 2008 foi selecionado com o objetivo de traçar o perfil do aluno que ingressa no curso de Letras/Libras – bacharelado (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2018b). Até então compreendia que essa formação tida como completa, produzia efeitos nos modos de ser tradutor e intérprete a partir do investimento que cada intérprete empreendia para obter essa qualificação, desta forma, destacava-se entre os demais que não possuíam a formação.

Após a análise dos documentos foi preciso partir para as primeiras entrevistas. Nesse sentido, procurava compreender como a formação havia subjetivado os profissionais graduados em Letras/Libras, produzindo diferentes modos de ser tradutor e intérprete.

O Decreto nº 5626/2005 dispunha o exercício da função de tradutor e intérprete em nível superior, mas o reconhecimento da nossa profissão institui a profissão em nível médio. Em desacordo, a LBI deixa claro que a formação deverá ser adequada ao nível de escolarização em que o profissional irá atuar (BRASIL, 2015). Sendo assim, para atuar na educação básica, o profissional deverá ter formação em nível médio e para atuar no ensino superior, o intérprete de Libras deverá ter formação em nível superior. A partir da vigência da lei, o prazo é de 48 meses para que sejam cumpridas essas exigências.

Existe um investimento do Estado, no caso da inclusão, por exemplo, que iguala os alunos e faz com que cada um conduza a si para assim conduzir o outro. Assim, a inclusão está inscrita na racionalidade em que todos estão convocados, pois ela é eficaz, abrange a todos e a cada um. Todos estão inseridos, mas cabe a cada um criar estratégias para permanecer e ser rentável. Se há concorrência e há diferença, existe também alguém com mais condições de permanecer no jogo do que eu.

O intérprete passa a fazer parte desse investimento do Estado na medida em que a formação desse profissional passa a ser atrelada a uma série de aptidões: fluência em Libras; imersão cultural com os surdos, além de exigir formação específica, como o PROLIBRAS; e nível superior completo, preferencialmente em Letras/Libras.

“Daqui a pouco, pelo fato do cargo ser de ensino médio entra alguém que não tem formação em Letras/Libras ou entra alguém só com formação de 400 horas assim

como a que eu já tive e está ok! Está atendendo os critérios, entendeu? O edital dizia: ensino médio, mas não vai acompanhar! Vai dar quebra na equipe, entendeu? Então, tem essas nuances do trabalho, sim, que dá um desgaste e me preocupa. Isso me preocupa bastante” Victória (Grupo A).

“O próprio concurso aqui na universidade, sempre tem um bacharelado em Letras/Libras e as outras possibilidades. Acho que se deixar só no Letras/Libras, ainda não tem um corpo de profissionais que dê conta. O ideal seria que os profissionais contratados, fossem profissionais com formação em Letras/Libras, isso é uma coisa para o futuro. Neste momento, ainda não é possível” Cintia (Grupo A).

Durante muito tempo, o intérprete de Libras teve sua função bastante atrelada ao viés assistencial. Ao instituir-se um conjunto de políticas acerca da profissionalização desse sujeito, o interesse em obter a formação em Letras/Libras passa a ser justificado como uma oportunidade de validar a atuação, desvinculando da assistência. Além disso, a formação de um corpo de especialistas atende à demanda de mediação linguística na inclusão dos sujeitos surdos.

“Eu acho que discursivamente, tu se apresentar como bacharel em Letras/Libras te dá uma autoridade, as pessoas te olham de outra forma. O trabalho do tradutor e intérprete sempre andou junto (sempre percebi isso) sempre andou junto com a questão da filantropia” Victória (Grupo A).

“Quando entro com um currículo que tem Letras/Libras e um currículo que tem qualquer outra formação que não específica, com certeza, o nosso pesa mais” Adelaide (Grupo A).

Compreendia que o desejo de uma formação em nível superior foi um investimento em formalizar a função anteriormente exercida. Ao se apropriar de um conjunto de saberes sobre a área de tradução e interpretação e compreendendo o Letras/Libras como mais adequada para ser tradutor e intérprete nas instituições federais, procurei compreender a importância dessa formação para as colegas entrevistadas do grupo A.

“Acho que além do conteúdo, da aprendizagem, também nos trouxe muita segurança para afirmar e lutar pelos ideais e pelas nossas políticas. Então acho que o Letras/Libras nos ensinou muito sobre a língua, sobre as práticas de interpretação. A gente sabe que não foi um curso perfeito, não existe um curso perfeito, é um curso que forma tradutores e intérpretes, mas não em áreas específicas. A gente sabe que existem outras realidades, outros desejos, mas eu acho que o curso nos preparou bem para defender a nossa profissão, para responder pela nossa profissão e, claro, para poder saber o que a gente estava fazendo. Acho que como piloto foi um curso

satisfatório, acho que nos auxiliou bastante e nos trouxe segurança para poder desbravar os caminhos que a gente conseguiu desbravar, né?” Morgana (Grupo A).

A abertura de concursos para tradutores e intérpretes em instituições federais poderia se apresentar como uma conquista, mas o fato é que a maioria dos editais traz como exigência nível médio. No ano de 2014, profissionais que atuavam em universidades se reuniram durante o I Fórum Nacional de Tradutores e Intérpretes de Libras-Português das Instituições Federais de Ensino, realizado em Florianópolis/SC. O intuito desse evento foi nortear as demandas dessas instituições, sendo que a principal delas era a ressignificação dos cargos de Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais, já que até o momento a maioria dos concursos exigia (e ainda exige) a formação em nível médio para atuação em nível superior e pós-graduação.

“A pessoa que não tem Letras/Libras agrega com outros conhecimentos, tem outra formação e outra formação consistente a ponto de agregar muito no nosso convívio. Realmente, nunca se traz o Letras/Libras como um critério para escolha de um trabalho. Praticamente todos os intérpretes têm pós-graduação e todo mundo convive nesse meio, mesmo quem não convive, quem não fez o Letras/Libras foi tutor, foi bolsista” Victória (Grupo A).

A profissão ainda não é regulamentada, mas existe um projeto de lei (PL 9382/2017) de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, o qual dispõe sobre o exercício e condições de trabalho do tradutor, intérprete e guia-intérprete de Libras ao mencionar formação de bacharel em Letras/Libras ou outra graduação em nível superior, dentre outras questões importantes como o revezamento dos intérpretes caso o trabalho ultrapasse uma hora (SIMÕES, 2018). Apresentado em 2017, o projeto tem como principal objetivo revogar a Lei de nº 12.319/2010, regulamentando o cargo em todo território nacional.

É claro que o intérprete com boa formação sabe absorver conhecimento da área no decorrer da própria palestra ou do evento em que esteja atuando, mas as bases sobre as quais tal conhecimento será construído têm de ser estabelecidas antes em sua preparação para o trabalho em questão. Seu conhecimento enciclopédico tem de ser grande, pois é impossível prever quais exemplos ou histórias serão utilizados por um palestrante para ilustrar um determinado assunto (PAGURA, 2015, p. 186).

Os cursos e bancas de avaliação ofertados pela FENEIS, o Letras/Libras – bacharelado e todas as ações implementadas que não só legitimaram a função de

intérprete, indicam um consenso sobre a importância da formação como forma de ampliar áreas de conhecimento visando atingir outros contextos e conceitos.

O desejo de que o nível E seja uma exigência do cargo para atuar no Ensino Superior é também parte da militância da categoria dos tradutores e intérpretes. A militância faz parte da vida dos intérpretes, pois para Baltazar (2004), a subjetividade militante acontece quando o fazer militante existe, quando a pessoa comparece diante do grupo que pressupõe essa subjetividade, reafirmando-a. A militância não se restringe ao fazer profissional, é mais do que conhecimento teórico, técnico, tradutório; tem a ver com a busca de objetivos por parte dos intérpretes e surdos envolvidos nesse processo.

“A gente tenta fazer porque fica bom para o aluno, para o professor e para quem está ali naquela disciplina. A gente tenta fazer com que o intérprete atue mais próximo da formação que possui. O que acontece na indicação de quem tem Letras/Libras é quando é na área da Letras, alguma disciplina mais densa, alguma coisa mais da área da linguística, aí a gente tenta organizar as pessoas que já são da área, não só do Letras/Libras porque nós temos uma colega que tem Letras/Inglês, então ela também está inclusa nessa. Aí a gente designar esses intérpretes porque eles já têm uma propriedade, já é da área, por que não? Mas não é pelo fato de ter Letras/Libras, é pelo fato de fazer parte da área e ter propriedade, competência referencial mesmo” Morgana (Grupo A).

O Curso de Letras/Libras – bacharelado habilita o profissional para atuar como tradutor e intérprete, mas devido a formação ser de cunho generalista, faz-se necessário haver profissionais de outras áreas para suprir especialmente a demanda de acadêmicos surdos nas instituições federais.

Ao finalizar as discussões visualizadas como potentes neste capítulo, entendo ser importante retomar afirmações já feitas anteriormente no texto. Tais afirmações dizem respeito ao fato que as narrativas produzidas pelos sujeitos entrevistados (Grupos A e B) me possibilitaram visualizar que a formação em Letras/Libras pode ser considerado um fator de qualificação na atuação do tradutor e intérprete de Libras, mas ela por si só não determina os modos de atuação desse profissional.

O que se mostrou determinante em suas formas de atuação são as histórias pessoais de cada sujeito e os acontecimentos que permearam a forma como eles se aproximaram da profissão. Há formas de atuação fortemente determinadas pela relação que ele já possuía com a comunidade e que se modifica a partir da profissionalização. Relações que anunciam um ativismo diante das lutas dessa

comunidade. Há formas de atuação determinadas pela emergência de políticas de inclusão que tomam o reconhecimento da Libras e a consequente profissionalização do tradutor e intérprete como possibilidade para que aqueles que ainda não possuíam relação com a comunidade surda passem a atuar formalmente como tradutor e intérprete. E há, logicamente, formas de atuação determinadas por outros fatores que não foram aqui visualizadas.

Assim, parece possível compreender que as ações movidas pelo Estado para garantir a inclusão são determinantes nas formas de constituição do profissional já que o maior ou menor envolvimento dos intérpretes com a comunidade surda também determina os modos de ser desse profissional e, esse envolvimento, mostrou-se de alguma forma afetado pelo reconhecimento da língua. A necessidade de estar com esses sujeitos mostra-se fragilizada com a estabilidade que a profissionalização adquire, produzindo um enfraquecimento da convivência “tête-à-tête” e o fortalecimento do relacionar-se apenas profissionalmente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo girará, então, em torno da questão de saber quais composições, quais encontros, quais agenciamentos são bons e quais são maus. A grande pergunta: aumentam ou diminuem a nossa potência de agir? Fazem a vida vibrar e se renovar? Acionam a diferença, a criação, a invenção? Eles nos dão um vislumbre do que seria o infinito e a eternidade - a *sub specie aeternitatis* de Spinoza? Ou, ao contrário, colocam a vida em risco, matam o desejo? (SILVA, 2002, p. 56).

A construção das discussões que constituem esta dissertação foi sendo delineadas pelos anúncios e recorrências discursivas visualizados na materialidade analítica. Nesse contexto, a organização teórica metodológica se refez quando passei a visualizar que o bacharelado em Letras/Libras não toma a centralidade nas práticas que produzem formas de ser do profissional. As entrevistas com cinco tradutores e intérpretes que obtiveram essa formação e atuam em universidades públicas evidenciaram que a graduação é uma forma de legitimar e tornar justa a atuação como intérprete de acordo com seu nível de formação, mas há outros elementos que não são determinados pela formação e que produzem suas formas de atuação na área.

Durante as análises das entrevistas, passei a considerar que a produção de discursos sobre o “verdadeiro” tradutor e intérprete tem como pontos de emergência o reconhecimento da Libras; os modos de se envolver com a comunidade surda; e a profissionalização do tradutor e intérprete. Tais aspectos são compreendidos aqui como efeitos das políticas inclusivas.

A emergência de políticas implementadas pelo Estado mostrou-se como um acontecimento determinante na produção dessas formas de atuação, pois atualmente não é indispensável que haja envolvimento com a comunidade surda para que alguém torne-se intérprete. Além disso, muitos intérpretes ao atingirem a estabilidade do concurso público federal se distanciam da comunidade surda, passando a ter contato estritamente profissional.

Provocada pelas formas em que os profissionais exercem sua função em meio aos processos de inclusão de alunos surdos na universidade e especialmente pelas diferenças que constituem modos de ser tradutores e intérpretes de Libras, busquei realizar uma investigação que possibilitasse compreender como tais modos de ser são produzidos.

Partindo da hipótese de que as ações voltadas para a inclusão seriam determinantes nesse processo de constituição profissional, procurei analisar práticas

discursivas que constituem a história da formação dos intérpretes no País quando a Libras ainda não havia sido reconhecida como língua nacional e a surdez não era compreendida como diferença cultural. Nesse olhar lançado para aspectos históricos reafirmo o quanto a relação com a comunidade foi determinante na produção de modos de ser do intérprete. Modos esses de ser que se mostram amparados de forma marcante por ações de assistência e que vão se deslocando para ações de militância e ativismo que passam a conduzir (com maior ou menor ênfase) a atuação do profissional nos dias atuais.

Antes da emergência de políticas inclusivas no Brasil, o profissional tinha uma relação naturalizada com a comunidade surda. Havia um desejo primeiro de pertencer a essa comunidade e essa possibilidade de interação com a comunidade é que acabava produzindo condições para que alguns sujeitos atuassem profissionalmente.

A partir dos efeitos dessas políticas juntamente com a conquista da estabilidade profissional, visualizo nas narrativas dos sujeitos que há um distanciamento da comunidade surda por parte de alguns sujeitos na medida em que a convivência passa a ser uma escolha. Nesse sentido parece ser importante continuar as problematizações que aqui foram possíveis de serem feitas, com foco específico nos efeitos que os diferentes modos de atuação que constituem os profissionais hoje (e que configuram tipos específicos de interação com a comunidade e o sujeito surdo) podem produzir nos processos de aprendizagem e inclusão dos alunos surdos nos espaços educacionais.

Por fim, é importante considerar que os modos de ser do tradutor e intérprete que aqui foram anunciados, bem como os aspectos indicados como determinantes para sua constituição, não devem ser lidos como totalizantes e/ou capazes de generalizar todas as possibilidades de constituição desse profissional. Tantos outros processos de subjetivação podem vir a se constituir para além dos que aqui foram descritos, afinal eles resultam das histórias individuais dos sujeitos, histórias essas sempre produzidas em determinados contextos e atravessadas por elementos políticos, culturais e econômicos.

## REFERÊNCIAS

BALTAZAR, B. Os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 183-190, ago. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722004000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722004000200011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 out. 2019.

BOGAS, J. V. A história da Libras, a Língua Brasileira de Sinais. **Handtalk**, [S.l.], 04 abr. 2017. Disponível em: <<http://blog.handtalk.me/historia-lingua-de-sinais/>>. Acesso em: 24 out. 2019.

BRASIL. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 07 jan. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm) > Acesso em: 10 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.436, de 24 de abril 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)> Acesso em: 15 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 dez. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 5.626, 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 13 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.319, de 1 de setembro de 2010. Reconhece o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 02 set. 2010. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm)> Acesso em: 13 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)> Acesso em: 2 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 9262, 9 de janeiro de 2018. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2018. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9262.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9262.htm)> Acesso em: 1 ago. 2018.

DELEUZE, G. **Proust et les signes**. Paris: PUF/Quadrige, 1998.

DICIONÁRIO INFOPÉDIA DA LÍNGUA PORTUGUESA. Militante. **Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa**, [S.l.], 2019a. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/militante>>. Acesso em: 23 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Militância. **Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa**, [S.l.], 2019b. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/militancia>>. Acesso em: 23 out. 2019.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Ativismo. **Dicio**, [S.l.], 2019. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/ativismo/>>. Acesso em: 23 out. 2019.

FISCHER, R. M. B. **Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. (Coleção Estudos Foucaultianos, 9).

FLEURI, R. M (Org.). **Educação Intercultural: mediações necessárias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Os Anormais**: Curso no Collège de France (1974 – 1975): Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 3**: O cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GOMES, A. P. G. O que significa essa tal "cultura surda"? In: GOMES, A. P. G.; HEINZELMANN, R. O. (Orgs.). **Cadernos Conecta Libras**. 1. ed. Petropolis: Editora Arara Azul, 2015. p. 13-25. v. 1.

GOULARTE, Ravele Bueno **Acesso e permanência no ensino superior: estratégias de governamento da conduta de alunos surdos incluídos.** 2014. 107 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LABORIT, E. **O vôo da gaivota.** São Paulo: Best Seller, 1994.

LAGUNA, M. C. V. **Moralidade, idoneidade e convivência: discursos sobre as práticas dos repetidores de classe do INES no período de 1855 a 1910 que incidem na atuação profissional dos tradutores-intérpretes de língua de sinais da atualidade.** 2015. 156 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, abr. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 out. 2019.

LOBO, L. F. **Os Infames da História: pobres, escravos e deficientes no Brasil.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOCKMANN, K. **A proliferação das Políticas de Assistência Social na educação escolarizada: estratégias da governamentalidade neoliberal.** 2013. 317 p. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LOPES, M. C.; FABRIS, E. H. **Inclusão & Educação.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção Temas & Educação).

MACHADO, P. C. **A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo.** Florianópolis: Editora da UFSC. 2008.

MENEZES, M. M. de. Em Tempos Pós-modernos A Educação Como Lugar De (Des)Encontros. In: FORNET-BETANCOURT, R (Org.). **Menschenbilder interkulturell.** Kulturen der Humanisierung und der Anerkennung - Concordia Reihe Monographien. Band 48. Aachen: M Verlag Mainz, Wissenschaftsverlang, 2008. p. 01-10.

MORAES, A. L.; VEIGA-NETO, A. Disciplina e controle na escola: do aluno dócil ao aluno flexível. In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES, 4., 2008, Florianópolis/SC. **Anais...** Florianópolis/SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. p. 01-18.

NOTO, C. S. Vontade e verdade em Foucault. **Philosophos**, Goiânia, v. 15, p. 11-28, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/philosophos/article/view/9084/8757>> Acesso em: 05 ago. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2019.

PAGURA, R. J. Tradução & Interpretação. In: AMORIM, L. M.; RODRIGUES, C. C.; STUPIELLO, E. N. A. (Orgs.). **Tradução & perspectivas teóricas e práticas**. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 184-207. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/6vkk8/pdf/amorim-9788568334614-09.pdf>> Acesso em: 2 jul. 2018.

PARAÍSO, M. A. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 25-47.

PERLIN, G. **O ser e o estar sendo surdo**: alteridade, diferença e identidade. 2003. 156 p. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC; SEESP, 2004.

\_\_\_\_\_.; MASSUTTI, M. CODAs brasileiros: Libras e Português em zonas de contato. In: QUADROS, R. M.; PERLIN, G. (Orgs.). **Estudos Surdos II**. Petrópolis: Arara Azul, 2007. p. 238-266.

QUADROS, R. U.; STUMPF, M. R. Letras Libras EaD. In: QUADROS, R. M. (Org.) **Letras Libras: ontem, hoje, amanhã**. Florianópolis: UFSC, 2015. p. 09-35.

REICHERT, A. R. Intérpretes, Surdos e negociações culturais. In: PERLIN, G.; STUMPF, M. (Orgs.). **Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas**. Tradução de Luiz Daniel Rodrigues. Curitiba: CRV, 2012. p. 69-78.

RUSSO, A. **Intérprete de Língua Brasileira de Sinais: uma posição discursiva em construção**. 2009. 133 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SANDER, R. Questões do intérprete da língua de sinais na universidade. In: LODI, A. C. B. (Org.). **Letramento e minorias**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003. p. 129-135.

SANTANA, A. P.; BERGAMO, A. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 565-582, ago, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302005000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000200013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 out. 2019.

SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres. **Atuação de intérpretes de língua de sinais na pós-graduação lato sensu: estratégias adotadas no processo dialógico**. 2013. 99 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas)-Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

SANTOS, S. A. dos. **Intérpretes de língua brasileira de sinais: um estudo sobre as identidades.** 2006. 188 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SANTOS, S. A. A Implementação do Serviço de Tradução e Interpretação de Libras-Português nas Universidades Federais. **Cad. Trad.**, Florianópolis, v. 35, n. esp. 2, p. 113-148, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/21757968.2015v35nesp2p113/30710>> Acesso em: 03 mar. 2019.

SANTOS, J. C. C. dos. **A Formação do Tradutor-Intérprete de Língua Brasileira de Sinais Como Intelectual Específico: O Trabalho de Interpretação como Prática de Cuidado de Si.** 2016. 97 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SARTURI, Cláudia de Arruda. **Cultura e identidade surda no discurso curricular e seus efeitos na docência de professores formados no curso de Letras/Libras - Polo UFSM.** 2013. 92 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

SILVA, G. F. Multiculturalismo e educação intercultural: vertentes históricas e repercussões atuais na educação. In: FLEURI, R. M (Org.). **Educação Intercultural: mediações necessárias.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 17-52.

SILVA, M. D. P.; SOUZA, R. M. Erradicação da surdez: a eugenia na escolarização dos surdos no século XIX. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 20, n. 43, p. 183-201, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3942>> Acesso em 29 jun. 2019.

SILVA, T. T. A arte do encontro e da composição: Spinoza + Currículo + Deleuze. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 47-57, jul./dez. 2002. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25915>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

SILVA, M. M. da. **Codas tradutores e intérpretes de língua de sinais brasileira: percurso para o profissionalismo.** 2016. 204 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SIMÕES, D. Projeto regulamenta a profissão de tradutor de Libras. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 03 maio 2018. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/556836-PROJETO-REGULAMENTA-A-PROFISSAO-DE-TRADUTOR-DE-LIBRAS.html>>. Acesso em: 24 out. 2019.

SKLIAR, C. **Atualidade da educação bilíngüe para surdos.** Porto Alegre: Mediação, 1999.

SOUZA, Saulo Xavier de. **Performances de tradução para a Língua Brasileira de Sinais observadas no curso de Letras-Libras.** 2010. 174 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SOUZA, R. M. de; GALLO, S. Por que matamos o barbeiro?: reflexões preliminares sobre a paradoxal exclusão do outro. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 39-63, ago. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302002000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000300004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Libras a distância. **Universidade Federal de Santa Catarina**, Florianópolis, 2018a. Disponível em: <<https://libras.ufsc.br/libras-distancia/>>. Acesso em: 24 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Editais nº 15/COPERVE, 2018**. Vestibular 2019. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2018b. Disponível em: <<https://vestibular2019.ufsc.br/files/2017/08/Editais15-VestibularUFSC2019.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Resolução n. 019/2016**. Aprova a criação da Coordenadoria de Ações Educacionais da UFSM como órgão executivo da administração superior diretamente subordinada ao Gabinete do Reitor e institui seu regulamento interno. Santa Maria, 2016. Disponível em: <[https://www.ufsm.br/orgaos-executivos/caed/wp-content/uploads/sites/391/2018/10/Resolu%C3%A7%C3%A3o\\_\\_019-2016\\_CAED.pdf](https://www.ufsm.br/orgaos-executivos/caed/wp-content/uploads/sites/391/2018/10/Resolu%C3%A7%C3%A3o__019-2016_CAED.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2019.

VEIGA-NETO, A. A didática e as experiências de sala de aula: uma visão pós-estruturalista. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 161-175, jul./dez. 1996. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71622>>. Acesso em: 24 out. 2019.

\_\_\_\_\_. É preciso ir aos porões. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 267-282, ago. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782012000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782012000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 out. 2019.

\_\_\_\_\_.; LOPES, M. C. Inclusão, exclusão, in/exclusão. **Verve**, São Paulo, n. 20, p. 121-135. 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/verve/article/view/14886/11118>>. Acesso em: 24 out. 2019.

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

#### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do estudo: **A produção de modos de ser do tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais**

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Eliana Pereira de Menezes

Pesquisadora: Jussara Maite Moraes Esmerio

Instituição/Departamento: UFSM/Educação Especial - EDE

Telefone para contato: 55.99439374

Local da coleta de dados:

Prezado(a) Senhor(a),

Você está sendo convidado (a) a responder às perguntas desta entrevista de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder esta entrevista, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decidir a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Tal pesquisa servirá de base para a construção de uma dissertação no Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, e tem por finalidade investigar os efeitos das políticas de inclusão na constituição dos modos de ser tradutor e intérprete de Libras. Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas em responder as perguntas desta entrevista. A entrevista será gravada e transcrita.

**BENEFÍCIOS:** Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, com benefícios diretos ao senhor(a), pois possibilita a reflexão de sua prática frente aos aspectos relacionados a educação inclusiva.

RISCOS: A participação nesta pesquisa não representará risco de ordem física ou moral, no entanto, em algum questionamento você poderá sentir-se constrangido(a), abalando o seu psicológico.

As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu \_\_\_\_\_, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Jussara Maite Moraes Esmerio  
Pesquisadora

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliana P. Menezes  
Orientadora

\_\_\_\_\_  
Entrevistado

## APÊNDICE B – ESTRUTURA DA ENTREVISTA COM OS SUJEITOS FORMADOS PELO CURSO DE LETRAS/LIBRAS

FORMAÇÃO: \_\_\_\_\_

ATUAÇÃO PROFISSIONAL: \_\_\_\_\_

1. Possui PROLIBRAS? Obtido em que ano?
2. Como se deu sua aproximação com a área da surdez?
3. Por que você buscou a formação em Letras/Libras?
4. Você já atuava como intérprete antes da formação? Em que contextos?
5. Você já possuía formação anterior? Em qual área? Chegou a atuar profissionalmente?
6. Você considera que a graduação em Letras/Libras possibilitou maior capacitação para atuação no mercado de trabalho?
7. Há ações de formação continuada no seu contexto de trabalho? Você sente necessidade de mais formação? Em que área específica?
8. Considerando as funções que você precisa desempenhar como tradutor e intérprete, há atividades consideradas mais difíceis? Quais seriam? Por que?
9. Você entende que deveria fazer parte da nossa atuação profissional aspectos mais amplos da relação didático-pedagógica (planejamento, produção de material, etc.)
10. No seu contexto de trabalho há outros intérpretes? Todos possuem formação em Letras/Libras (bacharelado)? Como são as relações de trabalho no grupo?
11. Como é sua relação com a comunidade surda atualmente? Suas atividades junto aos sujeitos surdos ultrapassam o espaço de trabalho?
12. A comunidade surda tem, nas últimas décadas, garantido conquistas importantes para sua participação na sociedade. Você de alguma forma se envolveu/se envolve nesses processos? Como?

**APÊNDICE C – ESTRUTURA DA ENTREVISTA COM OS SUJEITOS QUE  
ATUAVAM COMO TRADUTOR E INTÉRPRETE ANTES DA EMERGÊNCIA DE  
POLÍTICAS INCLUSIVAS NO BRASIL**

FORMAÇÃO: \_\_\_\_\_

ATUAÇÃO PROFISSIONAL: \_\_\_\_\_

1. Como iniciou sua aproximação com a área da surdez?
2. Em Santa Maria, o que você destaca sobre os intérpretes de Libras que atuavam antes da exigência do PROLIBRAS?
3. Quais critérios eram utilizados para a atuação do intérprete?

Como era realizada a contratação dos intérpretes anterior ao PROLIBRAS?